



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

JULIANA RACHEL TRIGO FERREIRA

PROGRAMA DE MONITORIA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO:
APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DOS
DISCENTES

JOÃO PESSOA - PB

2019

JULIANA RACHEL TRIGO FERREIRA

**PROGRAMA DE MONITORIA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO:
APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DOS
DISCENTES**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vívica de Melo Silva

JOÃO PESSOA - PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F383p Ferreira, Juliana Rachel Trigo.

Programa de monitoria no centro de educação:
apontamentos históricos e contribuições na formação dos
discentes / Juliana Rachel Trigo Ferreira. - João Pessoa, 2019.

98 f.

Orientadora: Vivia de Melo Silva.
Monografia (Graduação) -
UFPB/CE.

1. Centro de Educação. 2. Formação Docente. 3. História da
Educação. 4. Monitoria Acadêmica. I. Título.

UFPB/BC

JULIANA RACHEL TRIGO FERREIRA

**PROGRAMA DE MONITORIA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO:
APONTAMENTOS HISTÓRICOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DOS
DISCENTES**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 30 / 04 / 19.

BANCA EXAMINADORA

Vívia de Melo Silva

Profa. Dr^a. Vívía de Melo Silva
Orientadora - UFPB/CE/DFE

Edson C. Guedes

Prof. Dr. Edson Carvalho Guedes
Avaliador - UFPB/CE/DFE

M. Carvalho

Profa. Dr^a. Maria Elizete Guimarães Carvalho
Avaliadora - UFPB/CE/DFE

Às minhas queridas
Irmã Simone e mãe (*in memoriam*),
Pelo incentivo e amor.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho não envolve apenas esforços próprios, mas também daqueles/as que contribuíram com a minha formação humana, acadêmica e profissional no transcurso da graduação, pessoas que não mediram esforços para eu atingisse os meus objetivos.

Primeiramente, agradeço a Deus por esta vitória, sem Ele não seríamos capazes de produzir nada, além de ter me colocado entre tantas pessoas boas.

Agradeço a minha estimada mãe, Maria das Graças (*in memoriam*), por ter me incentivado a estudar. Agradeço pela paciência e torcida da minha estimada irmã Simone, minha Tia Vicentina e meus sobrinhos (Thais, Carlos Eduardo e Gustavo).

Ao meu esposo George e ao meu filho Davi, que por muitas vezes foram minha válvula de escape, que com muito carinho se fizeram fortes, a cada passagem de semestre.

Agradeço a minha sogra Emília Dias e meu sogro Paulo Anacleto que me acolheram aqui em João Pessoa - PB desde o primeiro momento e me auxiliaram nos momentos difíceis.

Agradeço aos meus colegas de curso, pelas contribuições e auxílio durante a minha formação acadêmica, principalmente as estimadas amigas Girlene Albuquerque, Jussara Marinho e Aurilane Regis que sempre me encorajaram a seguir em frente.

Agradeço a todos os professores da Universidade Federal da Paraíba – UFPB pelos conhecimentos, em especial à minha professora orientadora Dra. Vívica de Melo, que me despertou o interesse pela História da Educação e por me auxiliar no desenvolvimento deste trabalho. Além de me oportunizar a vivência como monitora nos componentes curriculares História da Educação I e II, os quais muito contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço o aceite da banca examinadora, Prof. Dr. Edson Carvalho Guedes e Profa. Dr^a Maria Elizete Guimarães Carvalho na qual contribuíram para concretização deste trabalho.

E aos servidores (as) e estagiários (as) da Pró - Reitoria de Graduação da Coordenação de Estágio e Monitoria (PRG/CEM/UFPB), em especial a Professora Eliane Ferraz Alves e Liara das Graças Costa de Medeiros pela disponibilidade e orientações para a realização da presente pesquisa.

Enfim, acredito que minha viagem só foi possível porque planejei, porque tracei um caminho confiável. Isso se deveu ao fato de entender que os documentos só conversaram comigo a partir do momento que eu aprendi a interrogá-los (BLOCH, 2001), busquei salvar o passado (LE GOFF, 1996) e interpretei-o (GATTI JÚNIOR, 2002), para então escrever uma história (SOARES, 2018, p.232).

RESUMO

O presente trabalho teve como principal objetivo discutir a implantação do Programa de Monitoria (PM) no CE/UFPB desde 1982 a 2018, contextualizando historicamente este programa e seus impactos na formação dos discentes. Para os objetivos específicos procuramos: contextualizar a experiência do CE relacionada à implantação dos Programas de Monitorias; apresentar os dispositivos legais que regulamentam o PM na UFPB e identificar em que aspectos o PM do CE da UFPB contribui para a formação inicial dos discentes. Como metodologia de pesquisa, utilizamos a abordagem quanti-qualitativa, fazendo o uso da ferramenta de análise documental. A pesquisa se realizou através de leituras de textos que deram embasamento teórico e através das leituras de documentos, tais como, Legislações sobre a monitoria no Brasil e na UFPB, Decretos sobre a monitoria no Brasil, Resolução da UFPB, Editais sobre a oferta de distribuição das monitorias na UFPB, Contratos de monitores na modalidade bolsistas e voluntários e alguns Projetos de monitorias dos departamentos do CE, localizados no SIGAA e no arquivo da instituição. O *locus* da pesquisa foi a PRG/CEM coordenação responsável pelo arquivo de monitorias da UFPB. Buscamos apoio teórico em Dias (2002), Frison (2010), Gonsalves (2011), Minayo (2012), Guedes (1998) e Santos & Lins (2007) dentre outros que contribuíram para delimitar os primeiros contornos da pesquisa. Constatamos durante a realização deste trabalho que o Programa de Monitoria no Centro de Educação tem proporcionado resultados satisfatórios através das falas dos (as) discentes monitores (as) resgatadas nos documentos, e que vem gradativamente sendo mais atuante nos departamentos. Portanto, reconhecendo através da compreensão de que as atividades monitoriais se aproximam da democratização e transformação social. Ademais, trata-se de um programa que tem propiciado formação aos discentes que deles participam. É, portanto, nesta experiência formativa que os (as) discentes podem auxiliar na melhoria da qualidade da Educação Brasileira.

Palavras-chave: Centro de Educação. Formação Docente. História da Educação. Monitoria Acadêmica.

ABSTRACT

This work aimed mainly to discuss the deployment of the Monitoring Program (PM) at CE/UFPB from 1982 to 2018, by putting this program and its impacts on the students' education into historical context. For the specific objectives we sought to: contextualize the experience of the CE related to the deployment of the Monitoring Programs; present the legal provisions that regulate the PM at UFPB and identify in which aspects the PM of the CE at UFPB contributes for the students' initial education. As a research methodology, we used both the quantitative and the qualitative approach, employing documental analyses. The research was done through the reading of the texts that served as a theoretical basis and through the reading of documents, such as, legislation on monitoring in Brazil and at UFPB, decrees on monitoring in Brazil, UFPB's resolution, official notices about the distribution of monitoring positions at UFPB, employment contracts of monitors in the form of scholarship holders or volunteers in a few monitoring projects of the departments of the CE, found in SIGAA and in the archives of the institution. The locus of the research was the PRG/CEM, coordination center responsible for the monitors records at UFPB. We searched for theoretical foundations in Dias (2002), Frison (2010), Gonsalves (2011), Minayo (2012), Guedes (1998) and Santos & Lins (2007), among others that helped shape the research work. We found during the course of this work that the Monitoring Program in the Education Center has brought satisfactory results evidenced by the testimonials given by the monitor students retrieved from the documents, and that it has gradually been playing a more significant role in the departments. Therefore, acknowledging through the understanding that the monitoring activities contribute to democratization and social transformation. Moreover, it is a program that has provided education to the students that take part in it. It is, therefore, in this training experience that the students can help improve the quality of the Brazilian Education.

Keywords: History of Education. Academic Monitoring. Education Center. Teacher Training.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Organograma Institucional da UFPB.....	29
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Produções sobre o PM na UFPB de 2014 a 2018.....	19
Tabela 02 - Produções sobre o PM em outras Instituições de Ensino Superior Público de 2009 a 2018.....	20
Tabela 03 - Número de alunos (as) matriculados (as) em 2019.....	48
Tabela 04 - Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1982.....	58
Tabela 05 - Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1984.....	60
Tabela 06 - Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1985.....	61
Tabela 07 - Contrato de monitoria do curso de Pedagogia – 1986.....	62
Tabela 08 - Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1987.....	62
Tabela 09 - Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1988.....	63
Tabela 10 - Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1991.....	64
Tabela 11 - Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1992.....	65
Tabela 12 - Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE – 2003.....	66
Tabela 13 - Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE – 2006.....	67
Tabela 14 - Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE – 2007.....	67
Tabela 15 - Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 2008.....	68
Tabela 16 - Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE – 2010.....	70
Tabela 17 - Contratos de monitorias - 2011 (2011.1 e 2011.2).....	73
Tabela 18 - Contratos de monitorias - 2012 (2012.1).....	77
Tabela 19 - Lista de monitores bolsistas do Departamento de Fundamentação da Educação - DFE - 2014 (2014.1).....	78
Tabela 20 - Lista de monitores bolsistas e voluntários do Departamento de Fundamentação da Educação - DFE – 2016.....	83
Tabela 21 - Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE 2016.2 2017.1.....	86
Tabela 22 - Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE 2017.2 a 2018.1....	87

LISTA DE SIGLAS/ ABREVIATURAS

CE - Centro de Educação

DFE - Departamento de Fundamentação da Educação

DHP - Departamento de Habilitação Pedagógica

DME - Departamento de Metodologia da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PET - Programa de Educação Tutorial

PIBIC - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PIVIC - Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica

PM - Programa de Monitoria

PROEXT - Programa de Extensão

PROLICEN - Programa de Licenciatura

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas

PRG - Pró-Reitora de Graduação

CEM - Coordenação de Estágio e Monitoria

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS	13
2 DELINEANDO A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	18
2.1 MEUS CAMINHOS TRILHADOS	18
2.2 DA COLETA DE DADOS E DA ANÁLISE DOS DADOS.....	24
2.3 UFPB O LOCUS DA PESQUISA.....	26
3 MONITORIA NO BRASIL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS	30
3.1 O PROGRAMA DE MONITORIA NA FORMAÇÃO INICIAL DOS DISCENTES NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS	36
3.2 O PROGRAMA DE MONITORIA NA FORMAÇÃO INICIAL DOS DISCENTES: ASPECTOS TEÓRICOS	39
4 SOBRE O PROGRAMA DE MONITORIA NA UFPB	43
4.1 O PROGRAMA DE MONITORIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB: ASPECTOS LEGAIS	43
4.2 O CENTRO DE EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORIA.....	47
4.2.1 A Monitoria e a seleção de projetos de ensino.....	48
4.2.2 Das vagas de monitoria e a seleção de monitores no CE da UFPB	52
4.2.3 Das atribuições dos monitores e dos docentes orientadores	53
5 CONTEXTUALIZANDO A EXPERIÊNCIA DO CE QUANTO À IMPLANTAÇÃO DO PM	57
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES E LIMITES DA MONITORIA....	88
REFERÊNCIAS	91

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

A reflexão histórica, mormente no campo educativo, não serve para descrever o passado, mas sim para nos colocar perante um patrimônio de ideias (sic), de projetos e de experiências. A inscrição do nosso percurso pessoal e profissional neste retrato histórico, permite uma compreensão crítica de 'quem fomos' e de 'como somos' (NÓVOA, 2004, p.11).

As palavras de Nóvoa (2004) traz uma inquietação nos fazendo refletir sobre a importância da história na educação, ao mesmo passo que, nos desperta o olhar para realidade atual da docência e nos leva refletir sobre a trajetória da história educacional proporcionando-nos respostas e caminhos para novos desafios do presente.

Diante disto, atentou-nos refletir sobre as experiências dos programas ofertados dentro do ensino superior, bem como, sua relação com o processo de aprendizagem, com a teoria e a prática. Somando-se a isto, mediante a tantas transformações na sociedade, composta por avanços e retrocessos no cenário político, social, econômico e educacional, surgiu o interesse de desenvolver este estudo em virtude da necessidade de uma aprendizagem consistente, que proporcione aos estudantes propostas para desenvolverem suas futuras atividades com segurança, qualidade, criticidade e criatividade, buscando atender a latente diversidade dentro das salas de aulas.

Pensar em Educação, nos leva a refletir sobre as práticas educativas durante o processo de formação dos docentes. Para isto, cabe às instituições educacionais de formação oferecer mediações pedagógicas para atender essa demanda, a fim de preparar os(as) futuros(as) docentes para atuarem com êxito no processo de ensino e aprendizagem, de forma que atenda às necessidades atuais da sociedade, bem como, educação de qualidade para todos (as).

Neste sentido, para atender as demandas e oportunizar o momento dedicado durante a formação acadêmica, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) dispõe de diversos projetos, tais como: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica – PIVIC, Programa de Licenciatura – PROLICEN, Programa de Extensão PROEXT e PROBEX, FLUEX, Programa de Educação Tutorial – PET, Programa de Monitoria, dentre outros.

Focalizando especificamente o Programa de Monitoria (PM), destacamos que no âmbito da Universidade este programa tem como objetivo proporcionar aos estudantes vivenciarem a

prática docente no ensino superior durante o percurso da formação, com o auxílio do professor orientador.

Para participar da seleção da monitoria na UFPB, a(o) graduanda(o) deverá escolher através da oferta das monitorias as disciplinas que já foram cursadas, escolher o componente curricular que tem mais desenvoltura, ser aprovado com média igual ou superior a sete (na disciplina escolhida), estando aptos a seguir os critérios de seleção de acordo com as orientações do departamento de ensino.

A iniciativa em elaborar esta monografia partiu da vivência enquanto monitora no PM por um ano e meio¹ na disciplina de História da Educação I e II. Durante esta experiência percebemos que o programa contribui para a atuação em sala de aula no ensino superior e que também estimula os discentes monitores na aproximação da pesquisa através da participação de eventos, pesquisas acadêmicas e elaboração de artigos científicos.

Dentro desta perspectiva, surgiu o interesse em fazermos uma investigação histórica das contribuições do PM no CE da UFPB, para a formação dos discentes.

Para tanto foi feito um levantamento de dados para o conhecimento do assunto, através de pesquisas bibliográficas, despertando a leitura de autores como: Dias (2002), Frison (2010), Gonsalves (2011), Minayo (2012), Guedes (1998) e Santos & Lins (2007) dentre outros que contribuíram para delimitar os primeiros contornos da pesquisa. Realizamos também o mapeamento dos registros disponíveis do PM na UFPB desde sua implantação, evidenciando sua atuação como uma prática relevante para a formação dos discentes.

Neste sentido, a pesquisa buscou responder as seguintes questões: Quando o Centro de Educação iniciou o PM?; Como é (como foi) ofertada a distribuição das monitorias nos departamentos?; E quais as contribuições e desafios do PM para a formação dos discentes?.

Quanto ao objetivo geral, nosso foco foi discutir a implantação do Programa de Monitoria no CE/UFPB desde 1982 a 2018, contextualizando historicamente este programa e seus impactos na formação dos discentes. Informamos que a pesquisa findou no semestre 2018.1, tendo em vista, o ajuste do calendário acadêmico da UFPB do ano letivo 2019, os projetos 2018.2 continuam ativos.

Diante das questões norteadoras supracitadas, definimos os seguintes objetivos específicos:

¹ A participação no PM ocorreu nos semestres de 2016.1, 2016.2 e 2017.1.

- Contextualizar a experiência do CE relacionada à implantação dos Programas de Monitorias;
- Apresentar os dispositivos legais que regulamentam o PM na UFPB;
- Identificar em que aspectos o PM do CE da UFPB contribui para a formação inicial dos discentes.

Desse modo, este trabalho se torna importante no ponto de vista político, tendo em vista que possibilita uma reflexão crítica a respeito das práticas vivenciadas dentro da UFPB, através da construção coletiva sobre a atividade da monitoria. Essa perspectiva se acentua, tendo em vista que a participação do corpo discente nas atividades desenvolvidas dentro da academia contribui para a sua melhoria e fortalecimento, porque as mesmas são elaboradas para atender as necessidades dos estudantes e a partir do momento em que os mesmos se tornam ativos, é possível auxiliar os coordenadores de projetos nos ajustes que se fazem necessários.

Sob o prisma social, o PM ofertado dentro da UFPB, auxilia nos primeiros passos para a formação de futuros docentes que atuarão no ensino superior, proporcionando experiências no decorrer do curso. Sabemos o quanto é necessário atentarmos sobre a educação em nosso país, e é válido para seu fortalecimento se ocorrem mudanças dentro de seus alicerces, ou seja, na formação docente. E para isto, as atividades ofertadas na Universidade durante a formação se tornam proveitosas, momento este, que os discentes se encontram entusiasmados para se apropriarem do conhecimento.

Do ponto de vista pedagógico, o PM proporciona aos discentes monitores experiências em sala de aula, especialmente na academia, promovendo um aprendizado mediado pelo (a) docente orientador(a) que contribui para o fortalecimento da formação dos futuros docentes. Dessa forma, a participação no PM oportuniza ao discente monitor a experiência de iniciação docente no ensino superior, momento este, que possibilita sua participação na sala de aula com outros colegas que estão cursando a mesma disciplina, permitindo sua atuação no auxílio das dúvidas e nas reflexões geradas dentro da sala de aula, com o auxílio do(a) docente orientador(a).

No ponto de vista acadêmico, o PM proporciona aos discentes monitores o incentivo a pesquisa e a extensão através da elaboração de trabalhos científicos, a participação e socialização das experiências em eventos. Oportunizando, reflexões das práticas pedagógicas nos cursos de licenciaturas no ensino superior.

A contribuição científica deste trabalho se dar a partir da apresentação dos aspectos do PM no CE desde os primeiros passos deste programa, permitindo novos estudos a fim de ampliar este assunto dentro da UFPB. Devido sua relevância na contribuição da formação dos discentes, este estudo possibilitará aos estudantes a exploração desta temática nos trabalhos acadêmicos contribuindo para a história institucional da UFPB, ao mesmo tempo em que, a experiência proporcionada pelos programas reforça a qualidade do ensino. E por meio de um estudo que alimenta a criticidade, o dia-a-dia construído, permite criar bases para o projeto de monitoria possibilitando, novos conhecimentos.

Desse modo, este trabalho se torna relevante no sentido de que pode proporcionar discussões que possibilitem analisar, elaborar e fortalecer as políticas que subsidiam o PM no âmbito do CE. Nesta direção, nos desperta de forma crítica, como futuras (os) docentes, olharmos atentamente as modificações e as ininterrupções do presente, cooperando para a renovação da educação e das práticas pedagógicas nos programas ofertados pela UFPB. A fim de compreender que estamos fazendo história a todo o momento.

À vista disso, apresentamos, no primeiro capítulo, os caminhos delineados para a construção do objeto de estudo, na qual apresentamos os motivos que despertaram para a realização deste trabalho. Em seguida, um levantamento do que se tem produzido sobre o tema da pesquisa, através da busca nos repositórios da UFPB e em outras instituições de ensino superior público e os passos metodológicos adotados.

No segundo capítulo, revisitamos alguns clássicos que falam sobre a monitoria e explicitamos o histórico da prática monitorial no Brasil enfatizando como ela surgiu através dos aspectos teóricos e legais. Tal iniciativa para elaboração deste capítulo se deu em virtude, de evidenciar os primeiros contornos da monitoria, na qual era vista como controle de comportamento.

O terceiro capítulo, abordamos sobre o PM na UFPB através das legislações, bem como, evidenciando os procedimentos de seleção de monitoria no CE. Através da hipótese de que, a monitoria no ensino superior tem sido utilizada como estratégia para a melhoria do ensino e aprendizagem. E pela inexistência de pesquisas sobre a trajetória do PM no CE.

O quarto capítulo, contextualizamos a experiência do CE relacionado à implantação do PM, no que tange apresentar sua distribuição e identificar em que aspectos o PM do CE contribui para a formação dos discentes no ensino superior, bem como, os desafios enfrentados em sua trajetória.

E, por fim, as considerações finais, na qual refletimos sobre os caminhos trilhados deste trabalho monográfico, através de um resgate dos nossos objetivos e a questão da nossa investigação. Uma leitura histórica para todos e todas!

2 DELINEANDO A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

[...] A pesquisa nasce sempre de uma preocupação com alguma questão, ela provém, quase sempre, de uma insatisfação com respostas que já temos [...] Ela se constitui na inquietação (BUJES, 2007, p.15-16).

Partindo da citação de Bujes (2007), os caminhos delineados para a construção do objeto de estudo, surgiu a partir da experiência enquanto monitora no PM do CE (conforme explicitado na seção anterior). Destacamos que o PM é um importante subsídio para a formação docente, proporcionando ao discente monitor(a) orientações no desenvolvimento de práticas educacionais, para auxiliar aos/às demais discentes nas dificuldades e contribui para um melhor aproveitamento na aprendizagem. Ademais, tem possibilitado aos monitores aperfeiçoarem o conhecimento científico e a criticidade.

Trata-se de um tema desafiador em virtude da própria inexistência de estudos, portanto, através das provocações e reflexões em sala de aula na disciplina de História da Educação I e II da Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB despertou-nos sobre a importância da historicidade. De acordo com Indolfo (1995) os documentos e informações registradas são apontamentos das ações das produções ocorridas ao longo do tempo, nas mais variadas sociedades e servem para comprovação, poder e para a memória.

Desta maneira, ao conhecer a implantação do PM é possível compreender os aspectos que se vivencia atualmente, possibilitando explicitar seus momentos de avanços, retrocessos e os desafios que podem ser enfrentados.

2.1 MEUS CAMINHOS TRILHADOS

Após verificação no acervo de monografias e dissertações da UFPB do período de 2014 a 2018 constatamos que existem alguns registros sobre a experiência monitorial e estudos sobre o PM de alguns estudantes, que estão disponíveis através da tabela abaixo:

Tabela 01- Produções sobre o PM na UFPB de 2014 a 2018:

Título: Programa de Monitoria Acadêmica				
ANO	TÍTULO	AUTOR	OBJETIVO GERAL	TCC/Dissertação ou TESE
2016	Nos meandros da preservação e conservação: o LABCOR sob a visão das monitoras	Guimarães (2016)	Analisar a importância do Laboratório de Preservação e Conservação (LABCOR) da Universidade Federal da Paraíba a partir da visão dos monitores da disciplina de Preservação e Conservação de Acervos	TCC – CCSA – Biblioteconomia
2017	Contribuições da monitoria acadêmica na formação docente: experiências e discussões	Padilha (2017)	Investigar as contribuições do Programa de Monitoria da Licenciatura em Matemática da UFPB-Campus IV na formação docente, a partir do relato e discussão teórica da minha experiência como monitor.	TCC – Ciências Exatas
2017	Monitoria nas disciplinas de História da Educação: Entre memórias e experiências vivenciadas no curso de Pedagogia (2013-2016)	Ivo (2017)	Refletir através das memórias de um aluno-monitor as práticas vivenciadas no projeto de monitoria. Os fundamentos da educação e suas relevâncias para as licenciaturas, com ênfase nas disciplinas de História da Educação I e II - DFE/CE/UFPB	TCC- CE - Pedagogia
2018	Saberes da Monitoria: Uma análise a partir do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba	Medeiros (2018)	Análise da atuação dos monitores do curso de Pedagogia engajados em Projetos de Ensino que envolvem os Departamentos de Habilitação Pedagógica (DHP) e de Fundamentação da Educação (DFE) do Centro de Educação (CE) da UFPB.	Dissertação – Centro de Educação

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

Como podemos observar, nos últimos 5 (cinco) anos, existiram poucas publicações sobre o PM da UFPB, na qual localizamos 3 (três) TCC's e 1 (uma) dissertação. Entre os

trabalhos localizados, verificamos que não existe nenhum trabalho que apresente a trajetória monitorial no Centro de Educação da UFPB.

Tabela 02- Produções sobre o PM em outras Instituições de Ensino Superior Público de 2009 a 2018.

Título: Programa de Monitoria Acadêmica				
ANO	TÍTULO	AUTOR	OBJETIVO GERAL	TCC/Dissertação ou TESE
2009	Experiências e Reflexões de Monitoria: Contribuição ao ensino-aprendizagem	Silva, Belo (2009)	Abordar as experiências e reflexões acerca da prática de monitoria acadêmica, que visa fortalecer o processo ensino-aprendizagem	TCC – Biologia UFAL – Universidad. Fed. Alagoas
2013	A monitoria como espaço de ensinar e aprender na Universidade: A construção do manual do monitor	Kessler, Mittmann (2013)	Compreender como é desenvolvida a monitoria no Ensino Propulsor, um programa institucional da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS	UNISINOS – Universidad e do Vale do Rio dos Sinos
2013	Monitoria e Avaliação Formativa em Nível Universitário: Desafios e Conquistas	Garcia, Filho, Silva (2013)	Analisar a experiência de ensino desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte pela equipe de monitoria da disciplina Organização da Educação Brasileira.	TC- CE UFRN - Universidad e Fed. Rio Grande do Norte
2014	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológico da Monitoria: Um estudo de caso dessa práxis na UFSC	Steinbach (2014)	Caracterizar as concepções históricas em geral e teórico-normativas do Programa de Monitoria nas licenciaturas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).	Dissertação CED – Centro de Ciências da Educação
2014	Contribuições do Programa de Monitoria da UFMT para a formação inicial à docência no Ensino Superior	Homem (2014)	Identificar em que aspectos o Programa de Monitoria da UFMT contribui para a formação inicial à docência no ensino superior	Dissertação UFMT – Universidad e Federal do Mato Grosso
2014	A Monitoria no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará: Entre a especialidade técnica e a formação docente na	Chaves (2014)	Resgatar a história do curso de Pedagogia, em nível de Brasil e da Faculdade de Educação da UFC, estudar sobre o projeto de monitoria aplicado no curso	TCC UFC

	década de 1970		de pedagogia da UFC e refletir a importância do programa de monitoria na vocação pela docência.	
2015	Estudo do Programa de Monitoria desde sua fundação até sua implementação no curso de Direito da Universidade de Mato Grosso do Sul	Belo, Faria (2015)	Descrever a implantação do programa de monitoria na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com enfoque especial no curso de Direito.	TCC Direito UEMT
2015	Ensino de Graduação e Inclusão Social: Uma experiência do Programa de Monitoria da UFOPA	Santos, Sena, Rocha et. al. (2015)	Evidenciar as experiências quanto a monitoria para acompanhamento aos discentes indígenas e a monitoria voltada para atendimento as ações de acessibilidade e à discentes com necessidades educacionais especiais	TCC – UFOPA Universidade Federal do Oeste do Pará
2016	Processo de Implantação e Consolidação da Monitoria Acadêmica na UERJ e na Faculdade de Enfermagem (1985-2000)	Borsatto, Silva, Assis et. al. (2006)	Apresentar a trajetória de implantação e consolidação do Programa de Monitoria Acadêmica na UERJ e na Faculdade de Enfermagem no período de 1985-2000	Dissertação CS – Enfermagem
2017	Programa de Monitoria Acadêmica: Um estudo de implantação no IFCE	Maciel (2017)	Analisar o processo de implantação do Programa de Monitoria Acadêmica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFCE, identificando seus avanços para sua efetivação na instituição.	Dissertação IFCE – Matemática Instituto Federal de Ed. Ciências e Tecnologia do Ceará

Fonte: pesquisa no banco de dados da CAPES e Scielo.

Conforme a tabela acima, através de uma pesquisa prévia no banco de dados da CAPES e no repositório da Scielo (Scientific Eletronic Library Online) sobre o assunto desta monografia, foi encontrado 10 (dez) trabalhos acadêmicos que tratam sobre a implantação do PM nas diversas instituições públicas de ensino superior, na qual serviram de base para realização desta pesquisa na UFPB, especificamente no CE.

Em suma, é possível constatar a escassez de trabalhos nos estudos que entrelaçassem a trajetória do PM no ensino superior. Através do levantamento feito no Repositório Eletrônico Digital (REI) da UFPB, na CAPES (Banco de Teses e Dissertações) e *Scielo*, verificamos a necessidade de mais estudos sobre esta temática dentro da UFPB, levando-nos a refletir sobre a importância desta memória.

De acordo com Pereira (2011, p.23), a memória é importante para:

[...] a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações disponíveis tanto no cérebro como em outros mecanismos artificiais como, por exemplo (sic) a memória de um computador, ou nos documentos de arquivo. [...] É através dela que damos significado ao cotidiano.

Assim, despertamos a importância da construção da memória para acesso à informação, neste sentido, disponibilizar um estudo histórico possibilitará a construção permanente de pesquisas sobre a monitoria na UFPB, possibilitando externar reflexões adquiridas e as que ainda hoje são motivadas.

A Universidade se faz atuante pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, neste sentido, oportunizando aos discentes a participação em diversos programas ofertados durante a formação. Assim, investigar a trajetória monitorial, possibilita para os(as) discentes, docentes e gestores, refletirem de forma coletiva sobre os aspectos educacionais, metodológicos e político-institucionais.

Assim, inicialmente despertou-nos fazermos um levantamento teórico de autores(as) que abordam sobre a temática, em seguida, fizemos um levantamento de trabalhos científicos no repositório da UFPB e em outras instituições de ensino superior público. E, verificamos algumas legislações sobre o PM no Brasil e na UFPB e por fim, o levantamento de documentos disponíveis pela PRG/CEM sobre o PM do CE.

Portanto, para atender as indagações supracitadas traçamos alguns passos metodológicos, que de acordo com Minayo (1994), quando falamos de metodologia, vem em nossa cabeça as técnicas e instrumentos que serão utilizados, porém cabe pensarmos que a metodologia é a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. Neste sentido, “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador” (MINAYO, 1994, p. 16).

Segundo Minayo (1994), a produção científica caminha sempre em duas direções: numa, segue as teorias, métodos e noutra, abandona certas vias e caminha na construção colaborativa, aceita os critérios da historicidade e sabe que o conhecimento é aproximado e construído.

Para Gonsalves (2011), ao eleger um trabalho de pesquisa científica, se faz necessário trilhar alguns caminhos. No que tange definir o tema que deseja estudar, qual abordagem será adotada e quais recursos metodológicos que serão utilizados.

Em suma, é importante destacar a importância do procedimento metodológico para a realização da pesquisa, seguindo ordenadamente é possível atingir o objeto do estudo e, assim, germinar novos conhecimentos.

A pesquisa busca compreender e encontrar respostas às indagações existentes em várias áreas do conhecimento (OLIVEIRA, 1998). Levando-nos, como futuras(os) docentes ao acesso da pesquisa científica estimulando-nos a prática de investigação.

Nesse sentido, esse trabalho traçou um percurso de investigação utilizando a abordagem quanti-qualitativa. Acreditamos que esta abordagem propiciou dados mensuráveis no que tange à verificação da distribuição das monitorias no CE bem como, os dados subjetivos relacionados às informações extraídas dos relatórios de monitores.

Qualitativa porque foi feito um levantamento de informações após análise dos contratos e relatórios de experiências dos monitores, haja vista que, são dados que não podem ser quantificados tendo em vista a subjetividade e valores. De acordo com o Goldenberg (1997, p.34):

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria.

Quanto à pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 1994, p.21).

Através dessa abordagem foi possível apreender e explicar os dados fenomenológicos que não podiam ser explanados em números. Ou seja, a pesquisa qualitativa permite averiguar elementos não explícitos.

Quantitativa porque foi verificada a distribuição das monitorias no CE, através das planilhas e contratos disponíveis pela PRG/CEM. Esclarece Fonseca (2002, p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Portanto, a abordagem quantitativa, possibilita classificar e descobrir a relação entre variáveis, nos documentos que foram analisados.

2.2 DA COLETA DE DADOS E DA ANÁLISE DOS DADOS

O presente estudo foi marcado pela leitura de textos que deram embasamento teórico e através da análise de documentos, tais como, legislações sobre a monitoria no Brasil e na UFPB, decretos sobre a monitoria no Brasil, Resolução da UFPB, editais sobre a oferta de distribuição das monitorias na UFPB, contratos de monitores na modalidade bolsistas e voluntários e alguns projetos e relatórios de monitorias dos departamentos do CE localizados no SIGAA e no arquivo.

O propósito da coleta de dados foi agrupar informações que proporcionassem o resgate histórico do PM no CE da UFPB, a fim de atingir os objetivos propostos deste trabalho. A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico através de leituras que abordam sobre o PM, observando os pontos principais discutidos na área, e posteriormente, fizemos o fichamento.

A segunda etapa consistiu na leitura dos documentos supracitados, a fim de extrair informações acerca da monitoria no Brasil, no Ensino Superior e na UFPB, especificadamente no CE.

a) levantamento bibliográfico

Segundo Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa bibliográfica tem sua origem através de bibliografias que se tornaram públicas em relação ao tema pesquisado com o objetivo de oportunizar ao leitor a ter contato com materiais que tratam do assunto pesquisado. Enquanto que Oliveira (1998) afirma que a pesquisa bibliográfica tem como foco evidenciar todas as formas de contribuição científica sobre um assunto. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica assume as proposições de Gil (2002), quando assegura que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir do material já elaborado através de livros e artigos. Ressaltamos que a importância desta pesquisa não se trata de reafirmar correntes teóricas, mas rediscuti-las, reescrevê-las, a fim de atribuir sentidos em diferentes tempos.

Para a realização deste trabalho monográfico, foi consultado livros, teses, dissertações e monografias no repositório da CAPES, *Scielo* e repositório da UFPB, na qual possibilitou obter informações sobre o assunto. O período pesquisado foi de 2009 até 2018.1, na qual foi selecionado os trabalhos que mais se aproximaram do objeto de estudo.

A segunda etapa consistiu na leitura de documentos oficiais, Contratos de monitoria, Relatórios dos discentes sobre a experiência de monitoria e Projetos de monitorias.

b) pesquisa documental

Para conhecer a trajetória de implantação da monitoria acadêmica da UFPB foi realizada uma pesquisa no material disponível pela instituição e nas legislações sobre o PM no Brasil e no ensino superior. Que em consonância com Marconi e Lakatos (2002), a pesquisa documental fica restrita a coleta em documentos, no que tange: arquivos públicos, arquivos particulares e fontes estatísticas.

Os dados levantados foram obtidos através de documentos legais, tais como a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei Nº 9.394/96) e a Resolução nº 02 de 1996 que regulamenta o PM para os cursos de graduação da UFPB, projetos, relatórios, contratos e planilhas dentre outros disponíveis na Coordenação de Estágio e Monitoria – CEM, a fim de verificar a trajetória da monitoria no CE da UFPB.

O arquivo da Coordenação de Estágio e Monitoria (CEM/PRG/UFPB) localiza-se nas dependências da Reitoria na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), localizada na Cidade

Universitária, s/n - Castelo Branco, João Pessoa - PB, 58051-900, em que fizemos um levantamento de dados, através de uma linha do tempo (dos documentos iniciais disponibilizados no arquivo) que atendeu aos objetivos da pesquisa.

Após, o levantamento de dados dos documentos (leis, regimentos, decretos dentre outros) e documentos disponíveis na PRG CEM (relatórios de monitores, contratos de monitorias de bolsistas e voluntários e projetos de monitoria, dentre outros) analisamos e extraímos as informações que contemplassem a proposta deste trabalho. Segundo Bardin (1979) através da categorização e da classificação de um conjunto é que se têm elementos previamente definidos.

Conforme Franco (2003) o processo de análise se dá através da extração de informações que estão explícitas, ocultas, ou que estejam nas entrelinhas e que podem ser decifrados. De acordo com Alves-Mazzotti & Gewandsznajder (2001, p.169) o documento é “qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”. Evidenciando que os fatos disponíveis nos documentos podem ser analisados depois do fato.

Percebemos ao longo da leitura dos respectivos documentos que se manifestaram duas questões, a primeira é que alguns anos não apresentavam documentos que comprovassem a atuação do PM no CE da UFPB, a segunda questão, é que alguns documentos não traziam informações precisas sobre o PM no CE da UFPB, evidenciando no presente trabalho algumas lacunas, devido à ausência de documentos no arquivo da PRG/CEM tendo em vista que, os documentos eram guardados nos departamentos que solicitavam o PM ou porque houve extravio de documentos.

2.3 UFPB O LOCUS DA PESQUISA

Nesta seção apresentaremos o espaço onde foi realizada a presente pesquisa, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, tendo em vista que foi feito o levantamento histórico e documental do Programa de Monitoria.

De acordo com o Manual do(a) Estudante UFPB, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é uma instituição de ensino superior de caráter público vinculada ao Ministério da Educação e Cultura - MEC. Instituída em 1955, através da Lei Estadual nº. 1.366, de 02.12.55. Sua criação foi através da junção de algumas escolas superiores isoladas. A sua

federalização ocorreu em 13 de dezembro de 1960. No ano de 2002, a UFPB foi desmembrada e foi criada a UFCG- Universidade Federal de Campina Grande².

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI – 2009-2012, “a UFPB tem como objetivo, promover o desenvolvimento socioeconômico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil”.

Como resultado de suas atividades educacionais, propõe os seguintes resultados,

Formar profissionais nos níveis de ensino fundamental, médio, superior e de pós-graduação;
Realizar atividades de pesquisa e de extensão;
Pautar as suas atividades acadêmicas pela busca do progresso das ciências, letras e artes (PDI, 2009-2012 p.21).

Nesse sentido, a missão da UFPB está definida: “Integrada à sociedade, promover o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atrelado ao desenvolvimento sustentável e ampliando o exercício da cidadania” (PDI, 2009-2012 p.21). Mostrando-nos que as atividades realizadas pela UFPB estão asseguradas pelo tripé ensino, pesquisa e extensão.

Em 1960, a UFPB expandiu com a integração da Escola de Agronomia do Nordeste, situada em Areia, e do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, na cidade de Bananeiras. Em meados de 1970, a instituição teve um crescimento expressivo tendo em vista suas atividades em ensino, pesquisa e extensão. No início de 1980, foram coligados mais três campi em três cidades paraibanas, agregando as instalações físicas e recursos humanos da Faculdade de Direito, na cidade de Sousa; Escola de Veterinária e de Engenharia Florestal, na cidade de Patos, e Faculdade de Filosofia, na cidade de Cajazeiras.

Atualmente, a UFPB tem sua estrutura atribuída em campus, conforme especificações abaixo:

Campus I – João Pessoa: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHLA), Centro de Ciências Médicas (CCM), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Centro de Tecnologia(CT), Centro de Educação (CE), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR), Centro de Biotecnologia (CBIOTEC),

² Através da Lei n.º 10.419, de 09 de Abril de 2002, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, e dá outras providências.

Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA), Centro de Energias e Alternativas Renováveis (CEAR), Centro de Informática (CI);

Campus II- Areia: Centro de Ciências Agrárias (CCA); Campus III - Bananeiras: Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e o Campus IV- Rio Tinto: Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE).

Composta por professores (as), servidores (as), técnico- administrativos e estudante, tem como objetivo o acesso e a construção do saber com ética, responsabilidade e compromisso.

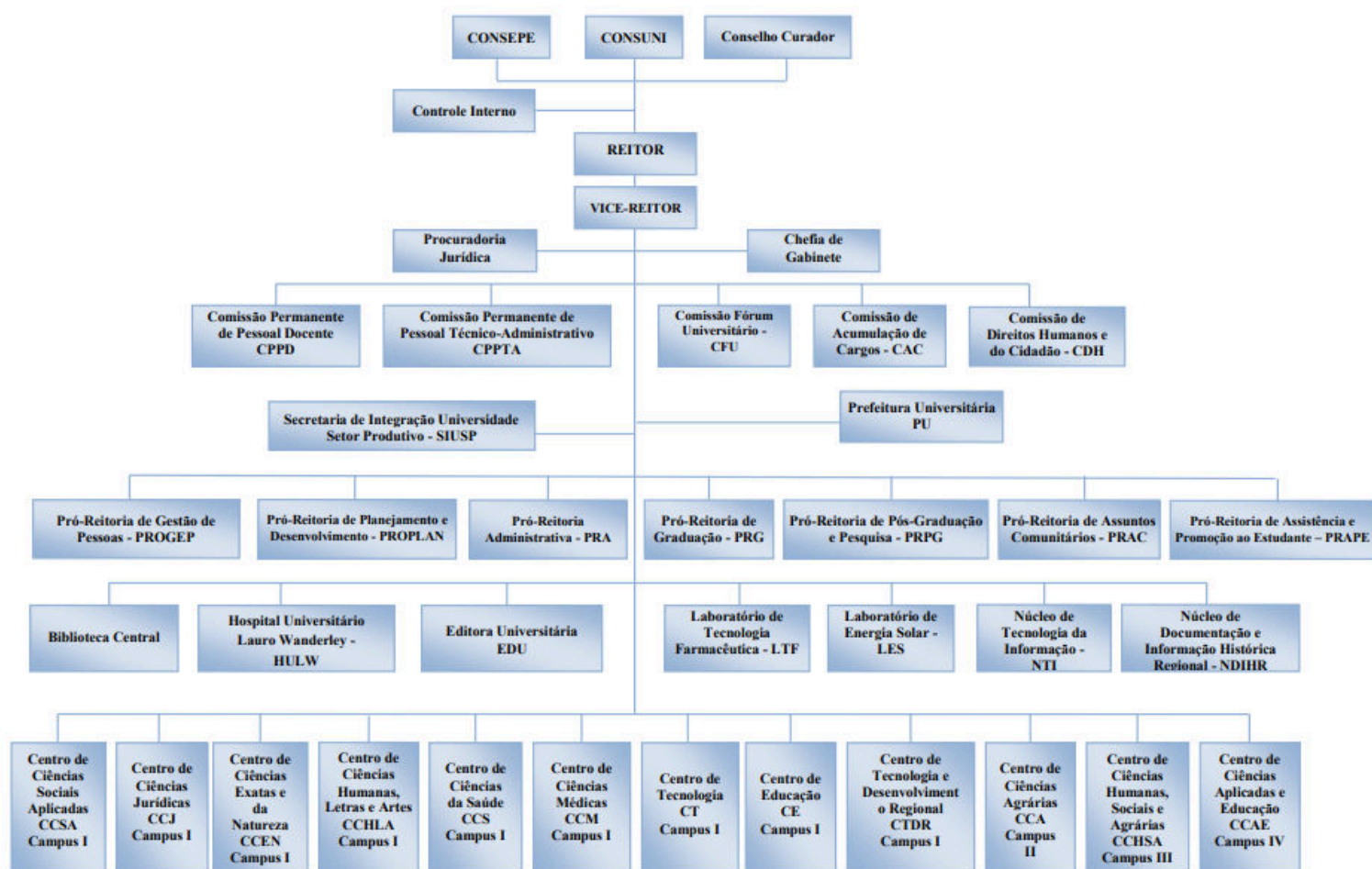
Atualmente o Campus I conta com 10 (dez) centros localizados em João Pessoa – PB:

- 1) CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza;
- 2) CCHLA - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes;
- 3) CCJ - Centro de Ciências Jurídicas;
- 4) CCM - Centro de Ciências Médicas;
- 5) CCS - Centro de Ciências da Saúde;
- 6) CCSA - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas;
- 7) CE - Centro de Educação;
- 8) CEAR - Centro de Energias Alternativas e Renováveis;
- 9) CT - Centro de Tecnologia;
- 10) CTDR - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional;

O campus I é composto por laboratórios em cada centro para realização das práticas desenvolvidas durante o curso, em sua dependência conta com a BC – Biblioteca Central para acesso de todos(as) discentes regularmente matriculados, bem como, com bibliotecas setoriais em cada curso ofertado pela mesma, conta com NDHIR – Núcleo de Documento e Informação Histórica Regional, HU – Hospital universitário e NCDH- Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos.

A UFPB oferece de acordo com o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional – 2009-2012, o número de vagas ofertadas para o ingresso anual de alunos nos cursos presenciais são 600 mil vagas anuais, e de acordo com PDI de 2014-2018 aumentou para 7.555 o número de vagas. De acordo com o atual PDI, em 2013 o número de bolsas de apoio para os programas era de 2.289 bolsas para estágios, PROLICEN, PIBID, Monitoria, PROMED e PET. Neste sentido se faz necessário a implementação de ações para a redução da reprovação e da evasão escolar por meio de programas. Abaixo apresentamos o organograma institucional da UFPB:

Figura 01: Organograma Institucional da UFPB



Fonte: PDI 2009-2012, acesso em 10/02/2019 às 19h22 min.

3 MONITORIA NO BRASIL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS

[...] elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial foi a educação. Quase toda a elite possuía estudos, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos (CARVALHO, 1981, p. 51).

Partindo desta epígrafe, apresentaremos neste capítulo através da História da Educação como surgiu o método Lancaster, mútuo ou monitorial.

Quando percorremos os registros históricos sobre monitoria, nos deparamos que ela está presente desde a Idade Antiga e as atribuições dos monitores eram diferentes das atividades do mestre (MONROE, 1974). No século XVII, Comenius em sua obra Didática Magna (2001), enfatizava que um professor conseguiria ministrar aula para centenas de crianças em decúrias. Comenius (2001, p.288) enfatizou que “[...] os alunos podem, mesmo fora da escola, sentados ou a passearem discutir entre si, quer acerca de coisas apreendidas há pouco ou há muito tempo, quer acerca de qualquer matéria nova que acaso se lhes apresente”. Destacando que a monitoria possibilita atender um maior número de alunos.

Conhecido como método Lancaster, mútuo ou monitorial tinha como objetivo atender uma grande demanda de alunados sem muitos dispêndios, ou seja, proliferar a educação para as classes mais desprovidas economicamente e civilizá-los. Esse método foi criado na Inglaterra meados do século XIX, a fim de atender a demanda da urbanização, na qual os professores ensinavam as lições para os alunos mais inteligentes e após a aprendizagem ensinavam o restante do grupo. Segundo Bastos (2005, p.35), cita que o método:

[...] foi sistematizado separadamente por André Bell (1753-1832) e por Joseph Lancaster (1778-1838). Bell um médico e pastor anglicano teve a ideia de utilizar em um orfanato os melhores alunos para transmitir conhecimento aos demais. Lancaster por sua vez, criou uma escola para alunos pobres em Londres. O método permitia alcançar grande número de alunos, a um custo muito baixo.

Segunda Manacorda (1997) as salas eram distribuídas em grupos em que cada aluno tinha seu lugar definido de acordo com sua intelectualidade. E cada vez que o aluno ia se desenvolvendo mais, mudavam de lugar na classe, as aulas eram aplicadas de forma rígida.

O contato que o professor tinha com o aluno monitor se dava antes do início das aulas, momento este, que o professor orientava sobre o conteúdo a ser aplicado. Quando as aulas

eram iniciadas o monitor transmitia os conteúdos aos demais colegas de acordo com a orientação dada pelo professor.

É importante salientar que, competia aos monitores o acompanhamento do desenvolvimento cognitivo dos colegas, caso não tivessem êxito durante a produção dos exercícios os mesmos eram submetidos à mesma atividade até superá-la. Não obtendo êxito nas atividades repassadas o monitor tinha autonomia de encaminhar o colega para sala anterior, o mesmo acontecia com os alunos que se destacavam durante as aulas eles eram encaminhados para uma sala à frente. Ao mesmo tempo em que, estes alunos podiam auxiliar os monitores dentro da sala, substituí-los na ausência e se tornarem futuros monitores. É possível verificarmos uma diária avaliação dos alunos.

De acordo com Ferreira (2015), o contato dos alunos era mais com os monitores, o professor participava das aulas de forma distante em um estrado alto de madeira acompanhado de mais dois monitores mais experientes que transmitiam as ordens ou substituíam os demais monitores em caso de ausência. Segundo a autora, os professores tinham em sua mesa apitos e bastões para correções que se julgava necessário, como por exemplo, o controle da entrada e saída dos alunos, indisciplina e avisos. Outro meio de comunicação utilizados pelos professores neste método era o telégrafo que servia para a comunicação entre o monitor geral e os demais monitores da sala, na qual tinha a finalidade de transmitir através da impressão do cartão uma nova atividade.

O entusiasmo pelo método mantinha-se através dos seguintes estímulos: recebimento de premiações, o êxito de ser bom aluno, a passagem para uma classe superior ou uma quantia simbólica de dinheiro. Um fator determinante para adesão ao programa é seu aspecto econômico em que as escolas economizavam na contratação, bastava ter apenas um professor que conseguia dar aula a um grande número de crianças.

Segundo Bastos (1997, p.120) era um “sistema empírico e prático, baseado em procedimentos mecânicos, sendo desprovido de valor educativo”. Podemos observar que o método não estava preocupado na qualidade do ensino e sim atender um maior número de alunos e foco no comportamento do aluno.

De acordo com Manacorda (1997), houve uma disputa entre Bell e Lancaster em busca do domínio do programa criado por ambos, na qual Lancaster queria uma base sem cunho religioso, enquanto Bell queria uma educação de acordo com a igreja oficial, na qual prevaleceu. Lancaster sem muitas forças na Inglaterra difundiu o método em outros países.

O método monitorial foi difundido em vários países, em escolas, colégios internos, lares educacionais e nas Universidades em que os alunos mais destacados na disciplina ficavam responsáveis pelo ensino dos outros colegas.

Os primeiros registros da monitoria no Brasil foram a partir do século XVI, com a implantação do *Ratio Studiorum*, cujo objetivo era proporcionar um plano educacional pedagógico jesuítico, através da doutrina católica. E os alunos mais avançados auxiliavam a aprendizagem dos colegas, conforme descreve Cardoso (2004, p.179):

[...] o período compreendido entre meados do século XVI (1549) e meados do século XVIII (1759) é conhecido como período (jesuítico), uma vez que o ensino ficava ao encargo da Companhia de Jesus, instituição religiosa que ministrava um ensino básico nas “escolas de ler, escrever e (contar), como eram denominadas então as escolas do ensino fundamental.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a metrópole portuguesa assume a educação através das aulas régias que perdurou até 1834, reforma implantada pelo Marquês de Pombal. De acordo com Cardoso (2004), o ensino passa a ser responsabilidade do Estado, dando início ao ensino público no Brasil.

As aulas régias eram aulas avulsas e eram coordenadas por um Diretor Geral, ficando a nomeação dos professores a cargo do rei. Segundo Cardoso (2004, p.182) o ensino era dividido em duas modalidades, chamadas de estudos menores e estudos maiores:

Os Estudos Menores eram formados pelas Aulas de ler, escrever e contar, também chamadas de primeiras letras como, aliás, ficaram mais conhecidas, e também pelas Aulas de humanidades, que abrangiam inicialmente as cadeiras de gramáticas latina, língua grega, língua hebraica, retórica e poética, mas foram acrescidas ao longo dos anos com outras cadeiras, como por exemplo filosofia moral e racional, introduzida a partir de 1772.

Como a nomeação dos professores eram feitas pelo rei, muitas indicações eram a pessoas que não eram aptas a dar a aulas (não tinha formação docente), outro fator que prejudicou foi à falta de materiais para auxiliar nas práticas, e os salários das pessoas contratadas para ensinar atrasavam por um longo tempo.

Portanto, ressaltamos essa fragilidade no ensino dos menos favorecidos economicamente, evidenciando que somente o ensino das elites era efetivado, porque não necessitavam das aulas régias tendo em vista que eram contratados preceptores vindos do exterior ou da região, desde que comprovada a formação. Para suprir a carência de

professores, ocorreu o chamado “método Lancaster”, de Andrew Bell e Joseph Lancaster, no qual um estudante (decurião) auxiliava os alunos sob a supervisão de um inspetor:

A proposta era que, com alguns monitores diretores e um número suficiente de decuriões, selecionados entre os estudantes mais adiantados e mediante um detalhamento de organização e de método, um único professor controlaria uma escola de 1000 alunos. Este método foi retomado e divulgado por diversos educadores, tais como: Padre Girard, Mompiani, esse (sic.) Gandolfi, Ludovico di Brema, Mastotti, Cagnazzi e outros. Posteriormente (sic.) método foi amplamente utilizado em Colégios Internos, Lares Educacionais, Seminários, Colônias de Férias e Universidades, onde estudantes desempenham o papel de assistentes responsáveis pelo estudo e pela disciplina de seus colegas. A estes estudantes que desempenham este papel de guia ou conselheiro também era dado o nome de prefeito, tutor, decurião ou instrutor (MORAES, TORRES, 2003, p. 3).

Portanto, notamos que ao longo período da história da educação, que os monitores tiveram presentes na educação, no qual participaram do ensino e aprendizagem dos alunos com intuito de favorecer as mediações da aprendizagem, quanto aos métodos, é evidente que foram correspondentes as práticas adotadas da época.

No ano de 1823, para implantação do método Lancaster o governo publicou o Decreto de 3 de julho de 1820, ao professor “João Batista de Queiroz uma pensão anual, para ir à Inglaterra aprender o sistema Lancasteriano” (BRASIL, Decreto de 3 de julho de 1820, p.6).

A primeira escola pública de ensino mútuo no Brasil foi criada em 1º de março de 1823, na qual formava professores militares e interessados:

Hei por bem mandar criar nesta Corte uma Escola de primeiras letras, na qual se ensinará pelo método do ensino mútuo, sendo em benefício, não somente dos militares do Exército, mas de todas as classes dos meus súditos que queiram aproveitar-se de tão vantajoso estabelecimento (BRASIL, Decreto de 1º de março de 1823).

O Ministério da Guerra decretou a necessidade da formação em que determinava a corte enviar “um ou dois indivíduos tirados da Tropa de Linha, [...], que tenham a necessária e conveniente aptidão, para aprenderem o mencionado método”. Que após a conclusão retornariam a província e aplicariam “lições não só aos seus Irmãos de Armas, mas ainda às outras classes de cidadãos” (BRASIL. Decreto n.º 69 do Ministério da Guerra de 1823).

Com a promulgação da Constituição em 25 de março de 1824, foi publicado em seu artigo nº 179, inciso XXXII, que a instrução era de acesso de todos sem ônus, portanto surgiu a necessidade de levar a instrução elementar para o maior número de pessoas.

No dia 22 de agosto de 1825, foi enviado um ofício aos presidentes das províncias, citando sobre a necessidade de difundir as escolas de método lancasteriano:

O Imperador, reconhecendo a grande utilidade que resulta aos seus fiéis súditos do estabelecimento de Escolas públicas de primeiras letras pelo Método Lancasteriano, que achando-se geralmente admitidas em todas as nações civilizadas, tem a experiência mostrado serem muito próprias para imprimir na mocidade os primeiros conhecimentos (BRASIL, Aviso nº. 182 do Ministério do Império de 1825).

De acordo com Bastos (1999), o método mútuo na metade do XIX, foi aceito pela maioria dos sistemas escolares da época. Após a emancipação do Brasil, o método foi oficialmente aceito nas Escolas de Primeiras Letras das províncias Brasileiras, pelo Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827.

Esta legislação deliberava sobre a criação das escolas, salários dos professores, ensino, currículo, concurso público, das escolas femininas, dos castigos e da fiscalização nas escolas, inclusive em seu artigo 5º citava “os professores que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitais.” (Lei de 15 de Outubro de 1827, p.71). De acordo com a lei, podemos observar que havia a carência de professores para aplicação do método mútuo/lancasteriano e os poucos professores contratados não tinham domínio sobre sua aplicação, prejudicando o desenvolvimento do ensino, devido à falta de formação e fiscalização.

Neste sentido, para melhorar o desempenho das aulas, o Estado reivindicou para as câmaras de acordo com a Lei 1.828 de 01 de Outubro, a incumbência de fiscalizar as escolas particulares e públicas. O ministro José Lino Coutinho em 1831 cobrou a ação das câmaras:

Havendo chegado ao conhecimento da Regência o mau estado em que quase geralmente se acham logo em seu começo as escolas elementares de ensino mútuo, que o Estado com sacrificio não pequeno tem procurado estabelecer e espalhar, a fim de meter na massa geral dos cidadãos a primeira e mais essencial instrução, de ler e escrever, sem o que se não pode dar melhora de indústria, e nem de moralidade, e isto talvez pelo pouco cuidado da parte das municipalidades, a quem cumpre prestar uma escrupulosa atenção em negócio de tanta transcendência (BRASIL, Decisão nº. 275 do Ministério do Império de 1831).

Desconsiderando a crise do ensino mútuo, os parlamentares insistiram em difundir o ensino e o método nas províncias que ainda não tinha acesso, na qual os testes de aptidões eram feitos nas províncias mais próxima da região em que o método já estava sendo aplicado:

Os Professores, que se destinarem ao ensino das primeiras letras pelo método Lancasteriano nas províncias, em que se não acha ainda em prática, poderão ser examinados no mesmo método perante o Presidente em conselho de qualquer Província, em que já se ache estabelecido o referido método, ou na Corte perante o Ministro do Império (BRASIL, 1833, p. 22-3).

Em 1838, o ministro dos negócios do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, em seu relatório destacou que o método aplicado nas escolas (mútuo ou lancasteriano) não estava atendendo as expectativas de tempo e perfeição. Enfatizou que o método já estava sendo trocado em vários países, inclusive nos países que tinham professores altamente qualificados declarando a necessidade de capacitação “na Europa, onde há abundância de professores muito habilitados, e facilidade de se encontrar todos os requisitos à rigorosa execução deste sistema”, e que “governo está disposto a não estabelecer escola alguma de ensino mútuo”, enquanto não “tiver edifício com todas as proporções necessárias para ela se montar rigorosamente no plano do sistema, fechando desta arte a porta às desculpas, com que os entusiastas dele se defendem contra as arguições dos seus antagonistas”, sugerindo que os deputados disponibilizassem “uma pensão para qualquer dos nossos melhores professores, ou outra alguma pessoa bem habilitada, viajar pela Europa a instruir-se nos melhores métodos da instrução primária ali usados” (Relatório do Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, de 1838, p. 18-9).

O Decreto n.º 440, de 10 de dezembro de 1845 em que normatiza os concursos às Cadeiras Públicas de Primeiras Letras em seu artigo 8º: “Far-se-á por último o exame da prática do ensino mútuo, do qual o Examinador explicará um só processo, fazendo-o executar pelos Meninos” (BRASIL, 1845, p. 135-38).

Podemos observar que o método mútuo era aplicado somente por meninos. Todavia, o método Lancaster/mútuo não recebeu os materiais didáticos necessários para sua efetivação e os docentes não receberam uma formação adequada para sua aplicação proporcionando fragilização no ensino.

De acordo com Steinbach (2015), até a primeira metade do século XIX, o método mútuo/Lancaster tinha o propósito de alfabetizar as grandes massas, através de um método de aprendizagem de repetições, a fim de priorizar entrelinhas o controle em vez da educação.

No século XX, o método monitorial é assegurado nas Universidades Brasileiras pela Lei nº 5.540/1968, que, em seu art. 41, afirma que “as Universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada

disciplina”. As atividades monitoriais eram remuneradas e serviam de títulos para o ensino no magistério superior.

Na seção seguinte serão apresentados os aspectos legais do PM na formação inicial dos discentes no Brasil.

3.1 O PROGRAMA DE MONITORIA NA FORMAÇÃO INICIAL DOS DISCENTES NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS

Iniciaremos apresentando as legislações que amparam a monitoria no ensino superior. Ao repensar estratégias e analisar o papel educativo que os docentes exercem na formação dos sujeitos, o PM nas Universidades Brasileiras surgiu com o advento da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, em que no artigo nº 41 dispõe:

Art. 41. As universidades deverão criar as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina (BRASIL, 1968).

Conforme explicitado no art. 41, podemos observar que existe uma intencionalidade de contribuir para a formação dos professores. Uma das exigências da referida lei é que o candidato deveria ser submetido a uma seleção na qual demonstrasse domínio, e que a participação na mesma contaria para a prova de títulos. Os candidatos que fossem aprovados receberiam uma bolsa.

Após a publicação da referida lei, as Universidades começam a se adequar às novas exigências para institucionalizar a monitoria. Nota-se, que foram publicados alguns decretos, a fim de regulamentar o referido programa.

Com a publicação do Decreto nº 66.315, de 13 de Março de 1970, determina em seu Art. 1º:

Art. 1º. As funções de monitor, previstas no artigo 41, e seu parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, poderão ser exercidas por alunos dos dois últimos anos dos cursos de graduação de estabelecimentos de ensino superior federal, que apresentem rendimento escolar geral comprovadamente satisfatório, que tenham obtido, na disciplina em causa e nas que representem seus pré-requisitos, os créditos necessários e que, mediante provas de seleção específicas, demonstrem suficiente conhecimento da matéria e capacidade de auxiliar os membros do magistério superior em aulas, pesquisas e outras atividades técnico didáticas. Parágrafo único. A condição de repetente incompatibiliza o aluno para o exercício das funções de que trata este artigo (BRASIL, DECRETO nº 66.315, 1970).

Com a publicação deste Decreto trouxe algumas alterações na Lei 5.540/1968, não existia requisito do período em que o estudante estava cursando, passando a ser um critério o mesmo estar cursando os últimos dois anos da graduação.

Outro fator que merece destaque é que o rendimento escolar do estudante passa a ser critério da seleção de monitores, bem como, ficando a cargo dos departamentos desenvolverem um processo avaliativo e a verificação através da comprovação dos créditos mínimos cursados. As atividades desenvolvidas pelo monitor era auxiliar o professor na atividade em sala de aula, nas pesquisas desenvolvidas etc.

Caso o estudante fosse repetente na disciplina que desejava ser monitor não poderia participar do processo seletivo.

No artigo 2º, informa as áreas em que poderia ter monitoria:

Art. 2º. Os programas de implantação da monitoria serão aplicados primordialmente nas áreas prioritárias da saúde, da tecnologia e da formação de professores de nível médio, cabendo a sua elaboração à Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (COPERTIDE) de cada universidade ou federação de escolas, dentro dos recursos orçamentários próprios e em harmonia com os programas de tempo integral do respectivo corpo docente (BRASIL, DECRETO nº 66.315, 1970).

O programa de implantação da monitoria seria aplicado primordialmente nas áreas da saúde, tecnologia e da formação de professores de nível médio, ficando a cargo das Universidades, a viabilização de recursos para os demais cursos. E os critérios de seleção seriam elaborados pela Universidade, explicitando em seus pré-requisitos, dispor de um grau mínimo a ser obtido, ou seja, o discente teria que ter uma boa pontuação (média) na disciplina interessada. E que as práticas monitoriais deveriam receber uma bolsa e quem possuísse emprego, poderia participar da monitoria de forma voluntária. No art. 3º, os monitores teriam que disponibilizar 30 horas semanais, ou seja, 1,25 dias para atividade monitorial (de acordo com o horário do componente curricular e orientação do docente), conciliando as atividades acadêmicas.

O art. 5º do referido decreto informa sobre o custeio das bolsas de monitoria:

Art. 5º. O Ministério da Educação e Cultura providenciará no sentido de que sejam incluídos no orçamento da União, recursos destinados a atender às despesas da execução do disposto neste decreto.

§ 1º. Para o custeio dos programas de monitoria no corrente exercício, fica autorizado o destaque da parcela de NCr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros novos), dos recursos constantes do orçamento da União para 1970, sob supervisão

do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, destinados a Financiamentos de Atividades e Projetos Prioritários (BRASIL, DECRETO nº 66.315, 1970).

De acordo com o artigo supracitado, o Ministério da Educação e Cultura destinou uma parte do recurso do orçamento destinado para a realização deste programa.

O Decreto nº 68.771, de 17 de Junho de 1971, em seu art. 3º reduziu a carga horária semanal da atividade monitorial, para 12 horas:

Art. 3º. As funções de monitor serão exercidas, sob orientação de professores (sic) da disciplina, em regime de 12 (doze) horas semanais de efetivo trabalho de monitoria.

Art. 4º. Aos monitores, que não terão, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, poderá ser atribuída bolsa especial, sem reembolso, em valor fixado, para o exercício de 1971, em Cr\$250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros) mensais (BRASIL, 1971).

E podemos observar que no artigo 4º do referido Decreto, deixa claro que as atividades desenvolvidas de monitoria não conferiam nenhum vínculo empregatício com a Universidade em que realizou a atividade de monitoria.

Um marco interessante sobre a monitoria foi em 1980, de acordo com Santos e Lins (2007), quando iniciou a inserção de outras modalidades de bolsas dentro das Universidades, a iniciação científica. Foi neste momento que despertou a preferência dos estudantes na pesquisa em vez do ensino. Permanecendo alguns estudantes no PM pelo benefício de pontuação para futuras seleções, perdendo-se a natureza específica do programa.

No século XXI, o PM toma-se corpo e torna-se interdisciplinar, de acordo com os autores Santos e Lins (2007, p.38-39), a monitoria tem o objetivo de:

- a) estimular a formação do docente do nível superior;
- b) dar uma dimensão pedagógica de trabalho coletivo;
- c) respeitar a diversidade;
- d) incentivar o desenvolvimento de experiências inovadoras, com metodologias diferenciadas e abordagens críticas;
- e) favorecer a troca de experiências, saberes e competências na elaboração e na execução do planejamento e na avaliação compartilhadas com professores orientadores.

Podemos observar através das legislações apresentadas que o PM foi composto por avanços e retrocessos, com a publicação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB (Lei Nº 9.394/96) se estabelece e legitima a importância das atividades de monitoria no processo de formação dos estudantes do ensino superior quando apresenta em seu art. 84, que: “Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas

respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos” (LDB, 1996, Art. 84).

Portanto, a monitoria é mais um oportuno caminho seja para a melhoria de qualidade no ensino superior, seja pela aprendizagem pedagógica prática durante a graduação, permitindo a interdisciplinaridade das práticas e teorias e um elo entre docentes e discentes.

3.2 O PROGRAMA DE MONITORIA NA FORMAÇÃO INICIAL DOS DISCENTES: ASPECTOS TEÓRICOS

Destacamos que o PM auxilia o(a) monitor(a) a ter mais contato com os discentes e docentes em sala de aula, através de uma relação dialógica entre monitor e orientador, possibilitando um elo através da aprendizagem cooperativa aos demais discentes, fortalecendo a autonomia e a disseminação do conhecimento.

Após a revisão de diversas literaturas, foi possível observar que existem vários autores que tratam sobre a monitoria acadêmica sob ponto de vista diferente sobre sua definição. De acordo com Frison e Moraes (2010, p.127): “uma estratégia de apoio ao ensino em que estudantes mais adiantados nos programas de formação acadêmica colaboram no processo de apropriação do conhecimento de seus colegas. ”

Observamos que o monitor é mais um canal de apoio no processo de aprendizagem dos alunos:

O monitor é um aluno, participa da cultura própria dos alunos, que tem diferenças com as dos professores. A interação daquele com a formação dos alunos da disciplina tende a favorecer a aprendizagem cooperativa, contribuindo com a formação dos alunos e do próprio monitor (NUNES, 2007, p.53).

Com foco na interação, Nunes (2007) explicita que a relação do monitor com o(a) docente orientador(a) possibilita um reforço na aprendizagem, na experiência em formas didáticas de ensinar. E ao discente monitor(a) a possibilidade de ter o conhecimento como estudante possibilitando uma maior aproximação com a dificuldade de aprendizagem do grupo que também se insere como aluno(a), contemplando na construção do conhecimento entre todas as partes: discentes, monitor(a) e docentes.

De acordo com Guedes (1998), o PM contribuiu para auxiliar o rendimento dos discentes através do apoio do discente monitor que possui um melhor desempenho na disciplina e ao mesmo tempo estimula o discente monitor o interesse pela carreira de docente

universitário. O aprendizado da monitoria possibilita aos discentes monitores um vínculo com as atividades desenvolvidas na Universidade, com as teorias abordadas durante o curso e com as questões relacionadas com a educação.

Para Schneider (2006), a monitoria acadêmica no processo de aprendizagem dos discentes envolvidos, se torna de grande relevância por que o discente monitor é um mediador que auxilia nas dúvidas encontradas durante as atividades do componente curricular, bem como, auxilia os discentes na produção do conhecimento ao mesmo tempo em que o discente monitor aprende formas de ensino-aprendizagem entre seus pares.

O atendimento monitorial ocorre durante as aulas da disciplina, bem como, o atendimento é feito de forma individualizada ou em grupos de acordo com a disponibilidade tanto do discente monitor e dos discentes solicitantes.

As práticas vivenciadas pelo discente monitor reforça sua aprendizagem do conteúdo aprendido anteriormente de forma que, ao auxiliar na aprendizagem dos demais discentes gera um novo conhecimento sobre o assunto. A práxis proporcionada durante a vivência na monitoria é oportunizada pela troca de experiência entre os discentes em conjunto com discente orientador.

De acordo com Lins e colaboradores (2009), os conhecimentos adquiridos entre docente orientador e discentes contribuem fortemente para as suas experiências e alargamento intelectual, produzindo novos caminhos e novas perspectivas acadêmicas, estimulando-os a seguirem a carreira docente estimulando-os a serem discentes pesquisadores.

Segundo Pereira (2007), a função do docente é importante para um bom resultado no PM, porque através de suas orientações o discente monitor realizará as atividades com bom desempenho:

O professor desempenha o papel de mediador dos conhecimentos, estabelecendo a relação entre os conhecimentos específicos e a prática pedagógica. Para isso é necessário um acompanhamento sistemático das atividades a serem desempenhadas pelo monitor (PEREIRA, 2007, p.75).

De acordo com Nunes (2007) a relação do discente monitor com o docente orientador auxilia na realização das atividades, por exemplo, na elaboração de algumas questões de determinada disciplina, o docente orientador debate e avalia em conjunto com o discente monitor a fim de atingir o objeto proposto. Neste sentido, as atividades propostas em sala de aula têm mais êxito, atingindo o nível de compreensão da turma.

Geralmente as salas de aulas são cheias de alunos, o que pode dificultar no trabalho pedagógico do docente, com o auxílio do discente monitor contribui para a qualidade de aprendizagem nas aulas, inclusive na comunicação com os alunos, auxiliando também na preparação de materiais para a realização das atividades, possibilitando gerar novas experiências e metodologias.

Neste sentido, o PM torna-se mais um canal para melhoria da aprendizagem, tendo em vista que, os monitores auxiliam nas dúvidas sobre determinada disciplina, dando suporte aos demais discentes dentro e fora da sala de aula. Além disso, os discentes conseguem externar suas dúvidas de forma mais confortável para o monitor, tendo em vista que ambos têm o mesmo nível acadêmico.

De acordo com Santos, Boscaino e Pavão (2006, p. 8), citam “A convivência entre aluno e aluno-monitor [...] permite que o primeiro sinta mais confortável nessa etapa do ensino superior”.

E confirma Natário (2001, p.30):

O monitor, conhecendo a situação de ser aluno nessa mesma disciplina, consegue captar não só as possíveis dificuldades do conteúdo ou da disciplina como um todo, mas também apresentar mais sensibilidade aos problemas e sentimentos que o aluno pode enfrentar em situações variadas como vésperas de avaliações, acúmulo de leituras e trabalhos, início e término de semestre etc.

Conforme explicitado por Natário (2001), o discente monitor consegue se aproximar mais dos demais discentes, tendo em vista que se encontram no mesmo nível acadêmico, promovendo um canal de comunicação entre o docente e os discentes.

Segundo Nunes (2007), existe uma grande dificuldade por parte dos docentes em sanar todas as dúvidas dos discentes. Com a participação do discente monitor essa atribuição pode ser dividida e como resultado proporcionar um melhor desempenho da turma. Porque ele pode auxiliar o docente orientador no acompanhamento do rendimento de aprendizagem dos alunos, verificar se o conteúdo está sendo apreendido pelos discentes e se o método que está sendo aplicado está atingindo os objetivos iniciais propostos.

Conforme confirma Nunes (2007, p.50):

Durante um processo formativo, incluindo os cursos de nível superior, é comum encontrarmos distintos sujeitos quanto ao nível de aprendizagem. Alguns se sobressaem, outros mantêm desempenho razoável e a outra parcela apresentam dificuldades significativas na aprendizagem dos conteúdos pertinentes a uma disciplina.

Podemos observar que cada discente tem um nível de aprendizagem e que o PM pode auxiliar nas dúvidas dos discentes durante a formação acadêmica, sendo mais um incentivo para os discentes que sentem dificuldades em algumas disciplinas.

4 SOBRE O PROGRAMA DE MONITORIA NA UFPB

Não é possível ser um ser interminado, como nós somos, conscientes dessa inconclusão, sem buscar. E a educação é exatamente esse movimento de busca, essa procura permanente (FREIRE, 2015, p.214).

Partindo da citação de Freire (2015), neste capítulo comentaremos sobre a trajetória do PM no âmbito da UFPB, especificamente no CE. Sabemos que o Programa de Monitoria continua atuante e respaldado pela lei de sua criação.

No ensino superior o PM tem sua aplicabilidade a fim de auxiliar os estudantes em desenvolver novas abordagens pedagógicas, didáticas e metodológicas para o futuro exercício. Neste sentido, apresentaremos as legislações que regem a monitoria na UFPB, bem como, faremos uma contextualização da Universidade tendo em vista que a pesquisa documental foi realizada na mesma.

Logo após, teremos uma proximidade dos documentos e registros encontrados sobre o PM dentro da Instituição, especificamente dentro do CE. O PM é desenvolvido através de projetos elaborados por cada departamento, visando explicitar as ações teóricas e práticas desenvolvidas por cada componente curricular e sua necessidade na inserção do programa. Após submissão do projeto por cada departamento, são avaliados pela Pró - Reitoria de Graduação e sob a Coordenação de Estágio e Monitoria – CEM, para verificação se contemplam os requisitos necessários de acordo com o explicitado no edital.

4.1 O PROGRAMA DE MONITORIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB: ASPECTOS LEGAIS

Após a coleta de fontes referente à trajetória histórica sobre a implantação do PM dentro da UFPB, destacamos que foram poucos os registros encontrados acerca deste processo. Tendo em vista, que as bases legais disponíveis para a pesquisa foram: a Lei nº 5.540/ 1968 que institui o PM no ensino superior, a Resolução n.º 257/79 que aprova o Regimento da Reitoria da UFPB que disciplina a estrutura e o funcionamento dos órgãos que integram, completando, o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, o Decreto nº 85.862, de 1981, relacionada à Reforma Universitária no Brasil em que cabem as “instituições de ensino superior fixar as condições para o exercício das funções de monitor” (BRASIL, 1981), o Regime Geral da UFPB (2016) e a Resolução nº 02 de 1996, que dispõe sobre a regulamentação do PM na UFPB.

Após a publicação da Lei nº 5.540/68 as Universidades Federais se adequaram as exigências impostas, regulamentando o PM com a criação de legislação específica.

De acordo com a Resolução n.º 257/79, que aprova o Regimento da Reitoria da UFPB, comenta em seu art. 87 que compete a CPME – Comissão Permanente de Melhoria do Ensino (órgão responsável a criar programas e projetos para a inovação da graduação da UFPB) “influir na reorientação do Programa de Monitorias acadêmicas, concebida a monitoria como elemento de apoio, não apenas ao trabalho docente, mas também ao esforço de aprendizagem”. Podemos observar que, além do estímulo para a formação inicial docente, a legislação apresenta uma preocupação com a melhoria do ensino.

De acordo com o Regime Geral da UFPB (2016), em seu artigo cita “Art. 190 - No processo de seleção, dirigido pelo Departamento competente, além dos resultados das provas, serão considerados o "curriculum vitae" e o histórico escolar do candidato.” É evidente que o estudante interessado em participar da monitoria terá que ter um bom rendimento educacional na disciplina interessada, comprovando através da apresentação do histórico escolar.

No Regime Geral da UFPB (2016), localizamos as seguintes informações: “Art. 28. São atribuições do Chefe do Departamento: i) Promover a seleção de candidatos a monitorias e estabelecer os respectivos planos de trabalho;” (REGIMENTO GERAL DA UFPB, 2016). No art. 28 da referida lei, informa que compete a cada departamento promover a seleção de candidatos a monitoria, ficando sob responsabilidade dos mesmos a elaboração do projeto Após a leitura discriminando sua finalidade.

No artigo 189, do Regime Geral da UFPB comunica que “[...] serão exercidas por alunos que, mediante prova de seleção, demonstrem capacidade de auxiliar os membros do magistério superior em aulas, pesquisas e outras atividades técnico didáticas” (REGIMENTO GERAL DA UFPB, 2016). Evidenciando que as funções pertinentes ao PM, constitui para além da sala de aula, cumprir funções de pesquisas e outras atividades desenvolvidas pela academia.

No artigo 192, dispõe sobre a carga horária das atividades:

Art. 192 - O monitor exercerá suas funções em regime de 12 (doze) horas semanais de trabalho efetivo, sob a orientação de um professor. § 1º- O horário de trabalho referente ao exercício da monitoria não poderá coincidir com o das atividades curriculares normais do discente (REGIMENTO GERAL DA UFPB, 2016).

Fica deliberado que as atividades monitoriais serão em 12 horas semanais e que esta atividade não pode atrapalhar o desenvolvimento do discente monitor(a) em outras atividades curriculares. Ficando explícito que a atividade de monitoria tem como objetivo de estimular o discente monitor à iniciação docente, bem como, praticá-la durante seu processo de formação na academia.

Localizamos a Resolução nº 02 de 1996, que propôs regulamentar a monitoria apresentando os critérios de seleção e atribuições.

A monitoria oferecida pela UFPB, de acordo com a Resolução nº 02 de 1996, artigo 2º tem o objetivo de:

[...] despertar no aluno o interesse pela carreira docente, promover a cooperação acadêmica entre discentes e docentes, minorar problemas crônicos de repetência, evasão e falta de motivação comuns em muitas disciplinas e contribuir para a melhoria da qualidade do ensino (RESOLUÇÃO Nº 2, 1996).

A monitoria proporciona aos graduandos durante o processo acadêmico a oportunidade de fortalecer a articulação entre teoria/prática, estimulando formas práticas didáticas mais consistentes que podem ser alcançadas pelo futuro docente para atuar, especialmente, na sala de aula.

De acordo com Costa (1995), a evasão nas escolas é de várias formas, sendo uma delas a manifestada pela falta de produtividade na escola no que tange ao seu rendimento educacional, desestimulando-os a prosseguir como forma de resistência.

Desta forma, a relação entre o(a) docente e o discente monitor(a) se torna primordial dentro da sala porque em conjunto conseguem minimizar as fragilidades de aprendizagem, que antes, ficava a cargo do docente e, por muitas vezes, não conseguia resolver tendo em vista a grande demanda de dúvidas dos discentes, resultando no grande número de reprovações e evasões.

Os(As) alunos(as) têm a possibilidade de participar do PM a partir do 2º período. Neste programa o estudante dispõe de uma experiência prática dentro da realidade da sala de aula, com o auxílio, acompanhamento e direcionamento do(a) professor(a) orientador(a), possibilitando uma gama de experiências para atuação nos futuros estágios obrigatórios durante o processo da formação acadêmica.

Para que o(a) aluno(a) participe do PM, o mesmo deverá contemplar os seguintes requisitos, disponível no Art. 5º, §1,§2 da Res. nº 02, 1996:

§1º - Somente poderão inscrever-se ao processo de seleção os alunos que já tenham integralizado a disciplina, objeto da seleção ou outra cujo conteúdo programático seja equivalente ao dela, com, no mínimo, média 7,0 (sete), em ambos os casos, comprovando-a por meio do Histórico Escolar.

§ 2º - A condição de reprovado na disciplina objeto da Monitoria, ou em qualquer outra que lhe seja pré-requisito, constitui impedimento para a inscrição ao processo seletivo (RESOLUÇÃO Nº 2, 1996).

A seleção para participação no PM ocorre através de uma avaliação teórica ou uma entrevista referente ao componente curricular de interesse, ficando ao departamento, ao qual se vincula a disciplina, decidir os procedimentos da aplicação, bem como, elaborar os conteúdos para verificação se o candidato está apto, para a referida vaga da monitoria.

Os requisitos para a classificação estão disponíveis nos dispostos do Art. 5º, § 3º, da resolução supracitada, informa que:

§3º - A classificação dos candidatos, até o limite do número de bolsas recomendadas para cada Projeto de Ensino, será realizada de acordo com a ordem decrescente da média ponderada (M) entre a nota obtida na (s) prova (s) de seleção (N1), a nota obtida na disciplina (N2) e o Coeficiente de Rendimento Escolar (C), com os pesos 3,2 e 1 (RESOLUÇÃO Nº 2, 1996).

Para referida experiência na monitoria, o(a) discente deverá dispor de 12 horas semanais e participar de reuniões com o(a) docente orientador(a) sobre as práticas que deverão ser vivenciadas em sala de aula.

Em seu art. 12, relata sobre as atribuições do monitor:

Art. 12 – São atribuições do monitor:

I – Participar, junto com o (s) professor (es) orientador (es), em atividade de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com o seu grau de conhecimento e com os objetivos do Projeto de Ensino;

II – Auxiliar o (s) professor (es) na realização de trabalhos práticos;

III – Apresentar seu relato de experiência no Seminário de Avaliação da Monitoria, promovido pela PRG ao final de cada ano de execução do Programa;

IV – Identificar eventuais falhas na execução do Projeto de Ensino e propor medidas corretivas ao professor orientador.

Parágrafo único: Fica vedado ao monitor o exercício da docência e de quaisquer atividades administrativas (RESOLUÇÃO Nº 2, 1996).

No artigo supracitado evidencia as atribuições dos(as) discentes monitores(as) e podemos observar que além das atividades práticas da monitoria o(a) mesmo(a) participa de um evento, no qual relata suas atividades monitorais. Outro ponto importante do documento é que cabe somente aos docentes orientadores ministrar as aulas, ficando vedado ao monitor(a) o exercício da docência. Observamos que tal normatização refere-se que no século XIX, ficava a cargo dos monitores mediar as aulas.

No artigo 13 da referida Resolução, relata sobre as atribuições do(a) discente orientador(a) em reunir-se quinzenalmente com o(a) discente monitor(a) com intuito de planejar as aulas a serem ministradas e verificar em conjuntos práticas pedagógicas para uma melhor aprendizagem dos discentes.

Neste sentido, de acordo com Natário (2001), sobre a importância de participar do PM, porque oportuniza ao discente em formação segurança para exercer sua função docente no futuro, apesar das atribuições serem supervisionadas pelo(a) docente orientador(a), traz ao discente monitor(a) à responsabilidade, a criticidade e a criatividade para o desenvolvimento das aulas que participará.

Portanto, a monitoria oportuniza para nós enquanto futuros(as) docentes romper a fragilidade do ensino formal que prima meramente pela transmissão do conhecimento.

4.2 O CENTRO DE EDUCAÇÃO E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORIA

De acordo com informações disponíveis no site do CE³, o centro foi criado através do Estatuto da Universidade, artigo nº 15, alínea “e”, no qual foi aprovado pelo Parecer nº 6.710/78 do CFE, sua publicação no Diário Oficial da União foi em 20 de novembro de 1978. Através da Resolução nº 72/79 de 23 de fevereiro de 1979, foi deferido seu regimento pelo Conselho Universitário, e aprovado pela CONSEPE em sua reunião no dia 14 de fevereiro de 1979, no qual o conselho de Centro reuniu-se, pela primeira vez em dezesseis de março de 1979.

O CE atualmente é composto pelas seguintes coordenações: Pedagogia, Pedagogia Virtual, Psicopedagogia, Ciências das Religiões, Ciências Naturais, Pedagogia do Campo e Pronera. Integrado pelos seguintes departamentos: Departamento de Fundamentação da Educação, Departamento de Habilitação Pedagógica, Departamento de Metodologia da Educação, Departamento de Psicopedagogia, Departamento de Ciências das Religiões, Departamento de Educação do Campo e o Departamento de Educação Básica.

³ As informações referentes à instituição do CE foi extraída através do site do CE disponível na página: <<http://www.ce.ufpb.br/ce/contents/menu/institucional/sobre-o-ce> acesso> em 20/03/2019 às 20h57min.

Após levantamento de informações no SIGAA⁴ sobre a quantidade de matriculados⁵ nos cursos supracitados encontrados os seguintes dados:

Tabela 03- Número de alunos (as) matriculados (as) em 2019:

CURSO	NÚMERO DE MATRICULADOS 2019
Ciências das Religiões	206
Ciências Naturais	30
Pedagogia	945
Pedagogia do Campo	288
Pedagogia (Ensino à distância)	500
Pedagogia Pronera	11
Psicopedagogia	277

Fonte: pesquisa no sigaa ufpb em 12/02/2019 às 18h09 min.

O CE da UFPB oferta o PM, no qual tem sido utilizado como prática para o desenvolvimento da aprendizagem dos discentes, estimulando-os para a permanência no curso, auxiliando no processo de formação e instigando através da prática a carreira acadêmica.

Neste sentido, o PM está regulamentado através da Resolução nº 02/96, deste modo apresentaremos o seu processo de implantação no Centro de Educação da UFPB.

4.2.1 A Monitoria e a seleção de projetos de ensino

O PM contribui para o desenvolvimento da aprendizagem na formação acadêmica, destinada aos discentes que estão vinculados no curso superior. Objetiva estimular os(as) discentes para seguirem carreira docente no Ensino Superior, através da participação na sala

⁴ É um sistema integrado pela UFPB que é utilizado por docentes, discentes e funcionários para a gestão das atividades acadêmicas.

⁵ O período letivo a que, se refere à pesquisa foi a de 2018.2, tendo em vista, o período letivo que foi realizado este trabalho monográfico.

de aula e na organização e planejamento da disciplina, possibilitando a aprendizagem e habilidades didáticas para o futuro exercício docente.

De acordo com Souto (2016), a monitoria é um trabalho que proporciona aprendizagem para os(as) discentes. “O monitor, ao enfrentar essa atividade, adquire uma enorme experiência na academia, pois participa de trabalhos acadêmicos desde a graduação, tendo, portanto, o currículo grandiosamente acrescentado”. (SOUTO, 2016 p. 14)

Assim, Lins (*apud* SOARES e SANTOS, 2008, p.2), confirma sobre as contribuições da monitoria, visto que:

Além de promover o enriquecimento da vida acadêmica do educando, a atividade de monitoria possibilita, por meio da relação de cooperação existente entre docente e monitor, o aprimoramento da qualidade de ensino da disciplina, uma vez que favorece a adoção de novas metodologias de ensino, bem como impulsiona o exercício da pesquisa acadêmica, permitindo uma contínua associação entre teoria e prática.

O PM da UFPB está normatizado pela legislação específica. Atualmente esse programa é regulamentado pela Resolução nº 02/1996, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, publicada em 22 de fevereiro de 1996. Trata-se da regulamentação do PM para os cursos de graduação da UFPB. São objetivos do PM, segundo artigo 2º da resolução supracitada:

Art. 2º - São objetivos do Programa de Monitoria:
 I – despertar no aluno o interesse pela carreira docente;
 II - promover a cooperação acadêmica entre discentes e docentes;
 III – minorar problemas crônicos de repetência, evasão e falta de motivação comuns em muitas disciplinas;
 IV – contribuir para a melhoria da qualidade do ensino (RESOLUÇÃO UFPB 02/1996).

No artigo supracitado podemos observar que o PM proporciona aos discentes monitores(as) a oportunidade de participarem dos processos de ensino e aprendizagem, gerando experiências através das atividades realizadas na disciplina enquanto monitor (a).

Assim, a autora Teixeira (2004, p.01) destaca que a formação inicial dos professores é baseada na:

Na formação de um profissional prático-reflexivo, capaz de autodesenvolvimento numa perspectiva crítico-reflexiva. Um profissional capaz de relativizar seus saberes, questionando-os em busca de novos saberes, que também serão relativizados, questionados, refletidos, analisados, numa busca incessante por saberes revestidos de episteme.

Sendo assim, nos gera a reflexão sobre a formação inicial docente, na qual se constrói de forma contínua através das práticas do cotidiano, levando-nos a compreender que a monitoria acadêmica proporciona saberes para um bom desempenho na futura profissão. Como afirma Silveira e Sales (2016) que “os programas de monitoria podem despertar o interesse dos alunos para a carreira docente, pois com o contato direto com o professor, o monitor passa a vivenciar a docência ainda como aluno (SILVEIRA, SALES, 2016, p.135)”.

No que tange promover a cooperação acadêmica entre discentes e docentes, Silva e Belo (2012), evidencia que a relação entre o docente orientador e o discente monitor colabora para efetiva aprendizagem do discente monitor. Por outro lado, o discente monitor deve apresentar entusiasmo para as práticas desenvolvidas durante o programa, a fim de colaborar com o docente orientador na construção da aprendizagem aos demais discentes.

Paulo Freire (2005, p.26), afirma que a relação docente e discente proporciona uma melhor aprendizagem:

Faz parte das condições em que no aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo.

Neste sentido, o(a) discente monitor(a) em conjunto com docente orientador(a) devem estimular os demais discentes a fazerem pesquisas a fim de ampliar seus conhecimentos, proporcionando debates e ampliando o conhecimento.

Quanto à seleção de projetos de ensino, de acordo com a Resolução nº 02/96 que regulamenta o PM, em seu Art. 3º, cita “§ 1º Nos casos de projetos envolvendo mais de uma disciplina, estas poderão ser de responsabilidade de um ou mais departamentos”.

A solicitação do projeto de monitoria é feita pelos departamentos anualmente, no qual os processos seletivos dos discentes ocorrem semestralmente ou podem ser renovados de acordo com cada departamento:

O Programa de monitoria desenvolver-se-á por meio de elaboração/execução de Projetos de Ensino, de uma ou mais disciplinas dos cursos de graduação da UFPB deve ser feita exclusivamente no portal docente do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA), por meio do preenchimento dos seguintes itens: a) Título do Projeto; b) Resumo; c) Justificativa; d) Objetivos; e) Metodologia do Projeto; f) Resultados; g) Produtos; h) Avaliação; i) Processo Seletivo do Monitor; j) Referências (PRG/CEM Nº 42/2018).

Os projetos são submetidos por cada departamento via SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – UFPB, de acordo com o prazo determinado em calendário publicado em edital pela Pró - Reitoria de Graduação.

De acordo com o art. 4º da referida legislação, os órgãos responsáveis os projetos submetidos são: Comitê Assessor de Graduação e a Pró - Reitoria de Graduação:

Art. 4º - Fica criado o Comitê Assessor de Graduação que tem por objetivo assessorar a Pró- Reitoria de Graduação no julgamento e avaliação dos Projetos de Ensino. Parágrafo único: O Comitê Assessor de Graduação é constituído pelos seguintes membros: I – o Pró-Reitor de Graduação, como Presidente nato; II – o Coordenador de Estágio e Monitoria, da Pró-Reitoria de Graduação; III- o Presidente da Comissão Permanente para a Melhoria do Ensino, da Pró- Reitoria de Graduação; IV - o Assessor de Graduação de cada Centro (RESOLUÇÃO UFPB Nº 02/96).

Ao longo da legislação podemos observar que, o projeto enviado pelo departamento deve compor os objetivos e estratégias do projeto de monitoria. Com a divulgação dos resultados do processo de seleção dos projetos de ensino, inicia-se o processo de seleção dos discentes.

No Art. 3º, apresenta os critérios para disponibilização das bolsas no PM:

Art. 3º - O Programa de monitoria desenvolver-se-á por meio de elaboração/execução de Projetos de Ensino, de uma ou mais disciplinas dos cursos de graduação da UFPB.

§ 3º - Cada professor poderá orientar, no máximo, três monitores.

§ 9º - O número de bolsas a serem concedidas fica condicionado à aprovação do projeto e ao número de alunos matriculados na(s) disciplina(s) nele envolvida(s), no período de sua execução, obedecendo a uma relação de, no mínimo, 15 (quinze) alunos por monitor (RESOLUÇÃO UFPB Nº 02/96).

De acordo com o artigo supracitado, podemos observar que existe um processo seletivo quanto à distribuição de bolsas para os departamentos, enfatizando que um dos critérios é a quantidade de alunos matriculados na disciplina solicitante.

No edital (PRG/CEM nº 42/2018 p.3) destaca:

3.3 Cada Projeto de Ensino será apreciado por 2 (dois) avaliadores (comitê de avaliação e/ou representantes legais), com pontuação de 0 a 10 por avaliador, sendo a pontuação final o resultado da média da pontuação atribuída pelos dois avaliadores.

3.4 O conjunto de Planos de Ação será avaliado em sua totalidade e a pontuação obtida integrará a pontuação final do Projeto de Ensino.

3.5 Serão aprovados os Projetos com média igual ou superior a 6,0 (PRG/CEM nº 42/2018).

De acordo com o trecho, os projetos submetidos para solicitação do PM são apreciados por 02 (dois) avaliadores, na qual é atribuída a pontuação de 0 a 10 por avaliador. E só serão aprovados os projetos com média igual ou superior a 6,0.

De acordo com o edital, referente aos semestres 2018.2 e 2019.1, em seu item 1.2 discorre “1.2 A renovação do projeto de ensino fica condicionada à entrega do relatório final do Projeto. Esse Relatório Final corresponderá aos períodos 2017.2 e/ou 2018.1 e é relativo ao Edital PRG/CEM Nº 36/2017.” (PRG/CEM/ nº 42/2018). Podemos observar que os projetos podem ser renovados desde que seja enviado o relatório final das atividades do projeto do semestre anterior.

4.2.2 Das vagas de monitoria e a seleção de monitores no CE da UFPB

Em análise aos editais publicados pela PRG/CEM, setor responsável pelo acompanhamento e oferta das monitorias da UFPB, foi possível fazer as seguintes observações.

A PRG/CEM divulga anualmente através de edital informando os critérios e procedimentos para submissão de projetos pelos departamentos da UFPB. No corpo do edital é apresentada a quantidade de bolsas ofertadas para os Centros da UFPB. A quantidade de números de vagas é analisada pela Reitoria, Pró-Reitoria de Planejamento e PRG/CEM, de acordo com a previsão orçamentária.

Para participação do discente à vaga de monitoria é necessário o mesmo participar de um processo seletivo. De acordo com a Resolução nº 02/96, de 22 de fevereiro de 1996, no seu artigo 5º:

Art. 5º - Divulgados os resultados do processo de seleção dos Projetos de Ensino, serão abertas as inscrições para a seleção de alunos dos cursos de graduação da UFPB, candidatos às bolsas respectivamente recomendadas, obedecidos os seguintes critérios:

§ 1º - Somente poderão inscrever-se ao processo de seleção os alunos que já tenham integralizado a disciplina objeto da seleção ou outra cujo conteúdo programático seja equivalente ao dela, com, no mínimo, média 7.0 (sete), em ambos os casos, comprovando-a por meio do Histórico Escolar (RESOLUÇÃO Nº 02/96, UFPB).

Após a divulgação dos resultados do processo de seleção dos Projetos de Ensino, as inscrições podem ser iniciadas para o processo seletivo. Segundo o § 1º, só poderão participar da seleção os(as) monitores(as) que já cursaram a disciplina e tenha média 7.0 (sete), comprovando através do Histórico Escolar.

De acordo com o parágrafo 4º “Fica a critério do Departamento ao qual se vincula a disciplina objeto da seleção a escolha do(s) tipo(s) de prova(s) de seleção a que deve se submeter o candidato”. (RESOLUÇÃO Nº 02/96, UFPB). Ou seja, cada departamento do Centro de Educação é responsável pelo processo de avaliação dos monitores inscritos nos respectivos projetos.

Cabe aos docentes e o(a) docente coordenador(a) do projeto organizar o processo de seleção de seus monitores, no que tange data do processo seletivo e tipo de prova, obedecendo às normas previstas na Resolução nº 02, de 22 de fevereiro de 1996, que trata no parágrafo 3º, sobre o cálculo de classificação de monitores. Resultante da nota obtida na(s) prova(s) de seleção, mais a média obtida na disciplina que se inscreveu para a monitoria e o CRA – Coeficiente de Rendimento Escolar.

Nos casos de empate a referida lei, cita no parágrafo 6º “[...] classificar-se-á o candidato que obtiver a maior nota na (s) prova (s) de seleção. Persistindo o empate, será classificado o candidato que tenha obtido a maior nota na disciplina”. (RESOLUÇÃO Nº 02/96, UFPB). No art. 6º da referida lei, comenta que os locais de inscrições para a monitoria, devem estar à disposição dos candidatos para conhecimento.

Havendo interesse por parte do monitor em continuar as atividades de monitoria na mesma disciplina é permitido até dois anos seguidos, sendo necessário a participação em um novo processo seletivo. O projeto de monitoria tem a duração de um período letivo.

Observamos que a referida lei não contempla em seus artigos, sobre o caso de desistência do monitor, possibilitando realizar um novo concurso ou aproveitar outros candidatos de acordo com a ordem de classificação.

4.2.3 Das atribuições dos monitores e dos docentes orientadores

De acordo com a legislação supracitada, cabe ao monitor(a) participar com o docente orientador(a) das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, o monitor tendo bom desempenho poderá participar com docente orientador na submissão de trabalhos em eventos, congressos e seminários.

Os(As) discentes monitores(as) deverão participar do planejamento das aulas, a fim de contribuir durante as práticas desenvolvidas em sala de aula. Cabe ao monitor(a) contribuir com sugestões para a melhoria do Programa de Monitoria na UFPB.

Anualmente, a Pró - Reitoria de Graduação promove o ENID⁶, o Encontro de Iniciação à Docência que tem como objetivo socializar as práticas desenvolvidas no Programa de Monitoria, PET, ENIC, PROLICEN, PROTUT e Residência Pedagógica.

Os editais são compostos pelos os seguintes dados: local da publicação e período da realização do evento. Os trabalhos dos participantes dos programas supracitados são submetidos um resumo expandido em formato PDF, no SIGAA e avaliado pelo(a) docente orientador(a) e serão apresentados no formato pôster nas medidas 90 cm de altura e 70 cm de largura.

Os trabalhos apresentados são avaliados por docentes participantes dos programas acadêmicos (Monitoria, ENIC, Prolicen, Protut e Residência Pedagógica).

Segundo Gadotti (1997), a avaliação não tem critério de julgamento e sim possibilidade de criar o novo, como resultado:

A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação. “Educar é fazer o ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente (GADOTTI *apud* HOFFMANN, 1997, p.17).

De acordo com o edital PRG N° 032/2018, retificado em 27/09/2018, são levados em conta na avaliação os seguintes aspectos:

- Elaboração textual incluindo a metodologia utilizada para alcançar os objetivos do projeto;
- Principais resultados alcançados;
- Contribuição para a formação de professores;
- Domínio do conteúdo; e apresentação visual do pôster.

O certificado de participação no PM dá-se através da participação no evento anual organizado pela UFPB, no qual o(a) discente monitor(a) apresenta suas experiências no programa. A participação no programa proporciona créditos que pode ser utilizado no cumprimento da carga horária complementar flexível exigido pela UFPB.

Os melhores trabalhos são selecionados e premiados conforme as especificidades do programa.

⁶ De acordo com o edital da PRG N° 032/2018 retificado em 27/09/2018 foi realizado a 20ª edição do Encontro de Iniciação à Docência (ENID) da UFPB.

Quanto às atribuições do(a) docente orientador (a), o(a) mesmo(a) deve conhecer a finalidade do programa para que desenvolva as atividades de acordo com o programa. O convívio em sala de aula com o(a) docente orientador(a) proporciona para o(a) discente monitor(a) que ainda está na graduação segurança para aplicar as atividades, através das mediações, além de repassar o conhecimento adquirido através da experiência.

A relação entre o docente orientador(a) com o(a) discente monitor(a) proporciona orientações sobre práticas pedagógicas na sala de aula, permitindo experiências sobre a prática docente no ensino superior.

É importante que docente orientador(a) saiba que o(a) discente monitor(a) está envolvido no programa para adquirir a prática e que não pode assumir o papel de docente substituto.

De acordo com a Resolução nº 02/96, de 22 de fevereiro de 1996 em seu artigo 13:

Art. 13 – São atribuições do professor orientador:

I – reunir-se pelo menos quinzenalmente, com o(s) monitor (es) sob sua responsabilidade para planejar, acompanhar e avaliar o trabalho da monitoria inserido no projeto;

II – identificar eventuais falhas na execução do Projeto de Ensino e propor medidas corretivas (RESOLUÇÃO nº 02/96 UFPB).

Conforme o trecho supracitado podemos observar que, o(a) docente orientador(a) deverá reunir-se pelo menos quinzenalmente com discente monitor(a) para que possa passar orientações sobre o planejamento das aulas, para avaliar as atividades desenvolvidas e refletir sobre o desenvolvimento do discente monitor no Programa de Monitoria. De acordo Libâneo (1991) é importante avaliar:

[...] um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes (LIBÂNEO 1991, p.196).

Esta relação do(a) docente orientador(a) com o(a) discente monitor(a) oportuniza a reflexão sobre suas práticas, oportunizando a organização de futuras atividades, ao passo que auxilia na formação do futuro docente.

O(A) docente orientador(a) além de estimular para a formação docente no ensino superior, o mesmo desperta no discente monitor(a) a importância da ética:

É preciso, entretanto, estarmos atentos para o fato de que, muitas vezes, o apelo à ética se faz apenas no discurso e está ausente na prática das relações cotidianas. Daí a necessidade de fazermos constantemente o exercício da reflexão crítica, característica da filosofia, para identificar os limites e explorar as possibilidades de uma efetiva presença da ética (RIOS, 2011, p.85).

De acordo com Luckesi (2005), um dos papéis do docente é ser um mediador para o desenvolvimento do discente. O discente se desenvolve através de um ambiente acolhedor e seguro e de um tempo para processar suas aprendizagens.

Podemos afirmar que o(a) docente tem um papel importante na formação docente e que sua contribuição é estimuladora para o desenvolvimento dos(as) discentes. Através de uma profissão que é abarcada por muita dedicação, inspiração, persistência e estudo. Na visão de Farias e Sales (2008) os docentes através de sua relação social tecem experiências individuais e coletivas e possibilita intervenções criativas e autocrítica em sua relação coletiva e com o universo do trabalho.

Concluimos que, a participação do(a) docente orientador(a) no processo de aprendizagem no PM propicia o desenvolvimento dos(as) discentes monitores(as), através de sua dedicação em atividades inovadoras que capacitem esses futuros(as) docentes em melhorar suas práticas de ensino, cumprindo de forma significativa, o seu papel enquanto docente.

5 CONTEXTUALIZANDO A EXPERIÊNCIA DO CE QUANTO À IMPLANTAÇÃO DO PM

[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 1996, p. 548).

Partindo da epígrafe, nesse capítulo apresentaremos as informações extraídas dos documentos disponibilizados no acervo da PRG/CEM e projetos de monitorias disponibilizados no SIGAA a partir de 2015.2 até 2018.1 do CE.

Fizemos um levantamento das fontes primárias, tais como: leis, decretos, resolução, contratos de monitoria bolsista e voluntária e projetos que reportam ao PM do CE da UFPB.

Os documentos escritos, a história faz-se a partir deles. Neste sentido, a historiografia e os documentos estão intrínsecos, levando à tentativa de veracidade de escrita da história, através dos vestígios documentais da realidade que estamos tornando possível sua visibilidade (FEBVRE, 1949 *apud* LE GOFF, 1996).

Para a verificação das informações nas literaturas e nos documentos, utilizamos a análise de conteúdo, de acordo com Rizzini, Castro e Sartor (1999, p. 91), essa modalidade “teria como função básica a observação mais atenta dos significados de um texto, e isso pressupõe uma construção de ligações entre as premissas de análise e os elementos que aparecem no texto. Essa atividade é, assim, essencialmente interpretativa”. De tal modo que refletimos sobre as escritas e pontuamos no presente trabalho, a fim de abarcar informações para o enriquecimento do PM no CE.

Observamos durante a pesquisa que existem algumas lacunas nos documentos, em virtude de que os mesmos eram guardados nos departamentos e não foram encaminhados para a Coordenação de Estágios e Monitorias.

Neste sentido, selecionamos para o desenvolvimento desta pesquisa todos os materiais disponíveis que comprovam o percurso do PM no CE.

Os primeiros registros encontrados sobre o PM no CE foram de 1982. Levando em conta os dados localizados deste ano, consideramos necessário atentarmos sobre o contexto

político e social da década de 1980 e os anos que precedem, momento em que o país estava marcado pela influência e força da repressão do duro regime militar implantando no Brasil em 1964 a 1985.

Neste sentido, destacamos que, neste período ditatorial é promulgada a Lei n.º 5.540/68, que fixa as normas do Ensino Superior, que institucionaliza o PM nas Universidades. Dessa forma, ressaltamos que, a legislação foi elaborada em um momento de autoritarismo, momento em que, a educação era supervisionada e comandada por militares extremamente rígidos e as Universidades não eram para acesso de todos e sim para atendimento da demanda elitista. Além disso, pode-se dizer que o discente monitor ainda era visto como auxiliar da sala (no sentido de estabelecer o controle) e não como um agente reflexivo.

Apresentamos, abaixo, através de um resgate histórico a oferta do PM no CE.

Tabela 04: Contratos de monitorias do curso de Pedagogia - 1982

Nº	Contr.	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	943	Tec. Rec. Audiovisuais em Ed. I		11/05/1982	Maria Magdalena Rocha
02	989	História da Educação II	Fundamentação da Educação	11/02/1982	Ana Maria Nóbrega de Souza
03	976	Psicologia da Educação IV	Fundamentação da Educação	11/02/1982	Maria de Lourdes de Paulo
04	988	Psicologia da Ed. IV	Fundamentação da Educação	11/02/1982	Telma Lúcia de Souza Félix
05	940	Sociologia da Educação II	Fundamentação da Educação	16/06/1982	Francisco de Oliveira Bispo
06	968	Estrutura e Funcionamento do Ensino 2º grau	Habilitação Pedagógica	15/02/1982	Galdino Toscano de Brito Filho
07	965	Prática de Ensino	Habilitação Pedagógica	03/03/1982	Benedita Freire de Queiroz
08	966	Educação de Excepcionais	Habilitação Pedagógica	12/02/1982	Ana Vilar Viana
09	967	Tec. de Pesquisa Educacional II	Habilitação Pedagógica	12/02/1982	Isaias Elias
10	523-0	Estrutura e Funcionamento do Ensino 2º grau	Habilitação Pedagógica	25/04/1982	Márcia Maria de Oliveira Lopes

11	965	Técnica de Pesquisa	Habilitação Pedagógica	14/10/1982	Antônio Mendes Cavalcante
12	964	Educação de Excepcionais	Habilitação Pedagógica	14/10/1982	Ariana Santos Correia Lima
13	963	Educação de Excepcionais	Habilitação Pedagógica	14/10/1982	Maria do Livramento M. Brito
14	962	Orientação Educacional	Habilitação Pedagógica	14/10/1982	Maria do Socorro Lima
15	942	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educação	10/02/1982	Maria do Socorro Lima
16	941	Didática	Metodologia da Educação	11/05/1982	Carlismar Laura Ramalho
17	955	Didática	Metodologia da Educação	11/05/1982	Maria das Dores da Costa Lima
18	960	Didática	Metodologia da Educação	01/10/1982	Ailton Jairo de Araújo Cavalcante

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Foram localizados 18 (dezoito)⁷ contratos de monitorias (bolsistas) do curso de Pedagogia⁸, sendo 4 (quatro) bolsas disponibilizadas para o DFE, 9 (nove) bolsas para o DHP e 4 (quatro) para o DME. Informamos que não localizamos nenhum contrato de monitoria na modalidade voluntária.

De acordo com Vygotsky (apud Mello, 2004), um ensino de qualidade proporciona a aprendizagem e impulsiona o desenvolvimento. Deste modo, o PM possibilita uma aprendizagem através da ação colaborativa entre o docente e discente, para a experiência em sala de aula no ensino superior.

Em seguida, podemos observar os contratos referentes ao ano de 1984:

⁷ Informamos que 1 (um) contrato de bolsista não informou o departamento que a disciplina é vinculada.

⁸ Os departamentos do curso de Pedagogia são regulamentados através da Resolução n.º 72 de 1979 CONSUNI/UFPB.

Tabela 05: Contratos de monitorias do curso de Pedagogia - 1984

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	520-6	Psicologia da Educação II	Fundamentação da Educação	29/03/1984	Carmen Lúcia de Oliveira Lima
02	520/6	Psicologia da Educação II	Fundamentação da Educação	29/03/1984	Carmen Lúcia de Oliveira Lima
03	921- E	Educação Especial	Habilitação Pedagógica	17/03/1984	Germana Alves de Menezes
04	522-2	Estudo e Func. do Ensino 1º grau	Habilitação Pedagógica	20/03/1984	Eloisa Cristina Siqueira Longo
05	519-2	Habilitação Pedagógica Ed.	Habilitação Pedagógica	20/03/1984	Maria do Livramento M. Brito
06	602-4	Educação Especial	Habilitação Pedagógica	20/03/1984	Veralúcia da Silva
07	20803	Estudo e Funcion. do Ensino 1º grau	Habilitação Pedagógica	20/03/1984	Eloisa Cristina Siqueira Longo
08	519-2	Educação Excepcional	Habilitação Pedagógica	20/03/1984	Maria do Livramento M. Brito
09	20803	Educação Especial	Habilitação Pedagógica	20/03/1984	Veralúcia da Silva
10	920-1	Educação Especial	Habilitação Pedagógica	17/05/1984	Glória de Lourdes de Oliveira
11	516-8	Metodologia Ensino na Esc. 1º Grau II	Metodologia da Educ.	20/03/1984	Irenalda de Lima Bernardo
12	517-6	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educ.	20/03/1984	Maria Goretti C. da Silva
13	666-0	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educ.	17/05/1984	Osenival dos Santos Costa
14	666-0	Didática	Metodologia da Educação	23/03/1984	Osenival dos Santos Costa

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Foram localizados 14 (quatorze) contratos de monitorias (bolsistas) do curso de Pedagogia, na qual 2 (duas) bolsas foram destinadas para o DFE, 8 (oito) para o DHP e 4 (quatro) para o DME. Informamos que no ano de 1984 não foi localizado nenhum contrato de monitoria na modalidade voluntária.

Tabela 06: Contratos de monitorias do curso de Pedagogia - 1985

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	667-9	Metodologia da Educação	Fundamentação da Educação	01/02/1985	Albanita Bezerra de Oliveira
02	920-1	Educação Especial	Habilitação Pedagógica	01/02/1985	Glória de Lourdes de Oliveira
03	519-2	Educação Excepcional	Habilitação Pedagógica	01/02/1985	Maria do Livramento M. Brito
04	20803	Educação Especial	Habilitação Pedagógica	01/03/1985	Germana Alves de Menezes
05	1145-1	Educação Especial	Habilitação Pedagógica	01/05/1985	Luiz Herminio do Nascimento
06	1144-3	Educação dos Excepcionais	Habilitação Pedagógica	01/05/1985	Veralúcia da Silva
07	1146- E	Estrutura e Funcionamento do Ensino 2º grau	Habilitação Pedagógica	11/05/1985	Sônia Correia de Assis
08	661-9	Metodologia Ensino II	Metodologia da Educação	01/02/1985	Albaniza Bezerra de Oliveira
09	20802	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educação	01/03/1985	Aurenisia Coutinho Ivo
10	1131-1	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educação	01/03/1985	Francisca Soares da Fonseca
11	1130-3	Didática	Metodologia da Educação	01/03/1985	Sérgio Mario Botelho de Araújo
12	20802	Prática de Ensino	Metodologia da Educação	01/05/1985	Albanita Bezerra de Oliveira

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Foram encontrados 12 (doze) contratos (bolsistas) de monitorias, sendo 1 (um) do DFE, 6 (seis) do DHP e 5 (cinco) do DME.

Tabela 07: Contrato de monitoria do curso de Pedagogia – 1986

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	20803	Educação Especial	Habilitações Pedagógicas	01/05/1986	Gloria de Lourdes Bira de Oliveira

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Conforme quadro acima, localizamos apenas um contrato (bolsista) de monitoria direcionado ao CE, para o Departamento de Habilitação - DHP do curso de Pedagogia.

Tabela 08: Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1987

Nº	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	2461-8	Educação de Excepcionais	Habilitação Pedagógica	05/06/1987	Maria Olinda Moura
02	2458-8	Es. 1º Grau II	Metodologia da Educação	01/06/1987	Maria José Medeiros Gomes
03	24596	Ensino de Biologia	Metodologia da Educação	05/06/1987	Aparecida de Lourdes Paes Barreto
04	2460- E	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educação	05/06/1987	Tereza Cristina Novaes Costa

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Encontramos 4 (quatro) contratos (bolsistas) de monitorias do curso de Pedagogia, sendo 1 (uma) monitora do DHP e 3 (três) do DME.

Tabela 09: Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1988

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	2912-1	Met. Matemática		23/05/1988	Pedro Ribeiro Barbosa
02	2849-4	Fund. Biol. Da Ed.	Fundamentação da Educação	02/04/1988	Aparecida de Lourdes Paes Barreto
03	28839-7	Psicologia	Fundamentação da Educação	27/04/1988	Maria do Socorro Rolim
04	2734-E	Currículos e Programas	Habilitações Pedagógicas	19/04/1988	Isaias Pinto da Silva Neto
05	2461-8	Educação Excepcional	Habilitações Pedagógicas	19/04/1988	Maria Onilma X. Moura
06	2838-9	Metodologia Ensino 1º Grau	Habilitações Pedagógicas	27/04/1988	Maria Eugênia Mendes
07	2911-3	Metodologia da Língua Portuguesa	Habilitações Pedagógicas	23/05/1988	Suely Nascimento Peres
08	2837-0	Didática	Metodologia da Educação	27/04/1988	Walkiria Ferreira de Moraes
09	2836-2	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educação	27/04/1988	Lasjane de Fátima C. de Almeida

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Foram localizados 9 (nove)⁹ contratos de monitorias do curso de Pedagogia, no qual 2 (dois) contratos foram do DFE, 4 (quatro) do DHP e 2 (dois) para o DME.

De acordo com Souza e Gonçalves (2009), a prática de monitoria acadêmica representa mais de que uma aprendizagem de determinado tema, representa um avanço intelectual, pessoal e profissional do monitor.

Portanto, o PM proporciona segurança para o discente monitor exercer a futura profissão, refletindo diretamente aos demais discentes porque através do conhecimento e experiência, a aula se torna mais dinâmica e produtiva.

⁹ Informamos que 1 (um) contrato de bolsista não informou o departamento que a disciplina é vinculada.

Quando adentramos na década 1990, é relevante destacar o contexto social da época levando-nos a perceber a presença do Neoliberalismo:

Já não se entende mais, como direito do cidadão, a educação, a saúde, o trabalho. Diz-se, por oposição, que o cidadão deve ter condições de igualdade para ter acesso a estes benefícios, mas ele deve demonstrar competência para obtê-los, para competir no mercado e conquistá-los. Desloca-se, portanto, a concepção de direitos do cidadão para outro ponto, para a competição, reforçando-se o individualismo na obtenção destes direitos (FREITAS, 1991, p.12).

Presente no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995 -2002), o neoliberalismo contribuiu para o crescimento da iniciativa privada no Brasil, na qual percebemos claramente, que a educação estava preparada para atender “os melhores”, ou seja, os mais favorecidos economicamente. As práticas pedagógicas adotadas na época enfatizavam a meritocracia, transformando o saber em mercadoria. Diante disso, ficou evidente o apoio do governo no fortalecimento da classe dos mais favorecidos e às Universidades para acesso de alguns privilegiados.

Tabela 10: Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1991

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	3.849 - E	Av. Met. da Ed.		01/03/1991	Ana Maria de Andrade Silva
02	3.695-0	Educação de Excepcionais	Habilitações Pedagógicas	01/03/1991	Isaura Maria de Andrade da Silva
03	3.696-9	Educação de Excepcionais	Habilitações Pedagógicas	01/03/1991	Lúcia de Fátima Medeiros Machado
04	3.850-3	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educação	01/03/1991	Josefa Helena Lira Machado

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Foram localizados 4 (quatro)¹⁰ contratos (bolsistas) de monitorias para o curso de Pedagogia, sendo 2 (dois) para o DHP e 1 (um) para o DME.

¹⁰ Informamos que 1 (um) contrato de bolsista não informou o departamento que a disciplina é vinculada.

Tabela 11: Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 1992

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	3695-0	Educação de Excepcionais	Habilitações Pedagógicas	02/01/1992	Isaura Maria de Andrade Silva
02	4176-8	Técnica da Pesquisa	Habilitações Pedagógicas	02/06/1992	Leticia Alves de Araújo
03	4188-9	Técnica de Pesquisa	Habilitações Pedagógicas	02/06/1992	Maria da Conceição Pereira Ferreira
04	3849- E	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educação	02/01/1992	Ana Maria de Andrade Silva
05	3850-3	Avaliação da Aprendizagem	Metodologia da Educação	02/01/1992	Josefa Helena Lira

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Conforme tabela supracitada, localizamos 05 (cinco) contratos (bolsistas) de monitorias para o CE para o curso de Pedagogia, dos quais 03 (três) do DHP e 02 (dois) do DME.

É relevante destacar, um marco importante no desenvolvimento da Educação no Brasil, no período de 2003 a 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva do partido dos Trabalhadores - PT instituiu o Programa Universidade para todos – PROUNI¹¹ através da Lei 11. 096 de 13 de Janeiro de 2005, que promoveu um maior acesso de estudantes de baixa renda nas Universidades particulares, desde que comprovassem ter estudado o ensino médio na rede pública de ensino e através do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI¹², com o objetivo de ampliar o acesso e permanência no Ensino Superior. As ações desenvolvidas pelo governo, na época, promoveu um grande avanço educacional, possibilitando um maior acesso as Universidades.

Isto posto, visivelmente teve uma significativa expansão das Universidades Públicas Federais, bem como, do ensino, da pesquisa e extensão atingindo um aumento significativo na oferta do PM no CE da UFPB.

Outro fator que merece destaque para entender a expansão do PM neste período, foi que o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE da UFPB, através da Resolução nº 04 de 09 de março de 2004, estabeleceu a base curricular dos cursos de

¹¹ Informações extraídas do site: <https://www.prouni.com.br/o-que-e-prouni>, acesso em 18 de maio de 2019.

¹² Informações extraídas do site: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>, acesso em 18 de maio de 2019.

licenciaturas, em que os demais cursos de licenciaturas da UFPB deveriam cumprir 420 horas aulas através das seguintes disciplinas: Fundamentos Antropo - filosóficos da Educação, Fundamentos Sócio - Históricos da Educação, Fundamentos Psicológicos da Educação, Política e Gestão da Educação e Didática, todas ofertadas pelo CE, ficando evidente o crescimento gradativo da demanda do PM neste centro, bem como a preocupação com práticas docentes.

Localizamos no ano de 2003, uma planilha com os resultados de projetos e obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 12: Resultados das avaliações dos Projetos de Monitoria - 2003

N.º	Departamento	Projeto	Orientador	Bolsas
01	Metodologia da Educação	Aprendendo e Ensinando a partir do uso de documentos	Antônio Carlos F. Pinheiro	1

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Dentre 208 (duzentos e oito) bolsas ofertadas nos Centros da UFPB em 2003, apenas 1 (uma) bolsa de monitoria foi direcionada para o curso de Pedagogia, para o Departamento de Metodologia da Educação - DME.

Tabela 13: Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias - 2006

N.º	Departamento	Título do Projeto	Coordenador	Bolsas
01	Fundamentação da Educação	Educação de Jovens e Adultos no Curso de Pedagogia da UFPB	Erenildo João Carlos	1
02	Fundamentação da Educação	Fundamentos sociológicos da Educação	Maria do Socorro Xavier Batista	1
03	Fundamentação da Educação	Conhecimento e capacitação Docente	Ana Elvira S. Silva Raposo	1
04	Habilitação Pedagógica	Educação Legal	Virgínia de Oliveira Silva	1
05	Metodologia da Educação	Ensino de Ciências na Educação Infantil e Ensino Fundamental-Conteúdo Metodologia	Francisco José P. Abílio	2

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Após levantamento de dados na planilha de resultados de projetos, foram localizados 5 (cinco) projetos do CE do curso de Pedagogia deferidos, na qual foram ofertadas 6 (seis) bolsas, sendo 3 (três) para o DFE, 2 (duas) para o DME e 1 (uma) para o DHP. Não foi localizada nenhuma informação sobre a monitoria voluntária.

Tabela 14: Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE - 2007

N.º	Departamento	Título do Projeto	Coordenador	Bolsas
01	Fundamentos da Educação	A disciplina de História da Educação no Curso de Pedagogia	Fabíola Barrocas Tavares	1
02	Habilitação Pedagógica	Educação Legal	Virgínia de Oliveira Silva	1

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

No ano de 2007 foram localizados 2 (dois) projetos do CE do curso de Pedagogia, na qual ofertou 1 (uma) bolsa para o DHP e outra para o DFE. Nos documentos disponíveis pela PRG/CEM não encontramos nenhum registro sobre a monitoria voluntária.

Tabela 15: Contratos de monitorias do curso de Pedagogia – 2008

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	10423847	História da Educação II	Fundamentação Ed.	16/06/2008	Gerlane Barbosa da Silva
02	10413379	Educação de Jovens e Adultos	Fundamentação Ed.	16/06/2008	D'ávila Cristina da Silva Neponucena
03	40713052	Metodologia do Trabalho Científico	Fundamentação Ed.	16/06/2008	Jandimara Cristina Paulino da Silva
04	407130061	Filosofia da Educação	Fundamentação Ed.	16/06/2008	Maria José Brandão Ferreira
05	10413381	História da Educação II	Fundamentação Ed.	16/06/2008	Ana Martins Tomás
06	10716316	História da Educação II	Fundamentação Ed.	16/06/2008	Paula Miqueline Toscano Melquiades
07	10713373	Sociologia da Educação	Fundamentação Ed.	16/06/2008	Raissa Regina Silva Coutinho
08	80713126	História da Educação I	Fundamentação Ed.	01/08/2008	Sheila Valeria Pereira da Silva
09	80713126	História da Educação I	Fundamentação Ed.	01/08/2008	Sheila Valeria Pereira da Silva
10	10513341	Planejamento Educacional	Hab. Pedagógica	16/06/2008	Gilmar Casamaru de Souza
11	10613369	Estrutura e Funcionamento do Ensino 2º grau	Hab. Pedagógica	16/06/2008	Araceli Milma Ferreira da Cunha
12	10613359	Estrutura e Funcionamento do Ensino 2º grau	Hab. Pedagógica	16/06/2008	Camylla de Oliveira Dornelas
13	1042381	Pesquisa em Educação	Habilitação Pedagógica	16/06/2008	Paula Leite Praxedes
14	10516219	Planejamento Educacional	Habilitação Pedagógica	16/06/2008	Ana Paula B. Bomeau

15	10826058	Política Ed. Da Ed. Básica	Habilitação Pedagógica	16/06/2008	Nelma Silva de Medeiros
16	1062043	Ensino de Ciências na Ed. Infantil	Metodologia da Educação	16/06/2008	Juliana Dias Soares
17	10612042	Ensino de Ciências na Ed. Infantil	Metodologia da Educação	16/06/2008	Julliane Meira Angelo
18	10922016	Metodologia Científica	Metodologia da Educação	16/06/2008	Sauana Alves Leite de Alencar
19	11012105	Metodologia Científica	Metodologia da Educação	16/06/2008	Ittalo Ornilo de Lima

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Foram localizados 19 (dezenove) contratos (bolsistas) de monitorias, na qual 09 (nove) são do DFE, 06 (seis) do DHP e 04 (quatro) do DME.

De acordo com Chaves (2014), a atividade docente é complexa em virtude da necessidade de conhecer as questões metodológicas, o planejamento das aulas, avaliação e a relação professor- aluno.

Neste sentido, a atuação enquanto monitor (a) contribui para o futuro exercício docente, proporcionando segurança e experiência para exercer as atividades.

Tabela 16: Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias - 2010

N.º	Departamento	Título do Projeto	Disciplinas	Bolsas
01	Ciências das Religiões	Língua Latina	1	1
02	Fundamentação da Educação	O Ensino de História da Educação entre as continuidades e as rupturas do Tempo Histórico	2	2
03	Fundamentação da Educação	Outras Histórias: Dialética da vida escolar	2	1
04	Fundamentação da Educação	Sociologia da Educação o uso da imagem como mediação da apropriação do conhecimento escolar	2	1
05	Fundamentação da Educação	Fundamentos sociológicos da Educação do Campo e a formação de Educadores	2	1
06	Habilitação Pedagógica	Projeto Cinestésico: Cinema e Educação	2	1
07	Habilitação Pedagógica	Projeto de Monitoria: Disciplina Política Educacional da Ed. Básica	1	1
08	Metodologia da Educação	A percepção dos animais invertebrados pelos alunos do ensino fundamental como atividade pedagógica na escola	2	1

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Após levantamento de dados sobre os resultados do PM no CE, identificamos 8 (oito) projetos de monitoria do CE, na qual foram deferidas 9 (nove) bolsas de monitoria, sendo 5 (cinco) para o DFE¹³, 1 (uma) para o DME, 2 (duas) para o DHP e 1 (uma) para o Departamento de Ciências das Religiões. Podemos observar que alguns projetos têm duas disciplinas que solicitaram a monitoria, porém, só foi disponibilizado 1 (uma) bolsa. E o curso de Ciências das Religiões instituído pela Resolução 37/2008, de 20 de junho de 2008, participou pela 1ª (primeira) vez do PM, para a disciplina Língua Latina.

¹³ Informamos que dentre as 5 bolsas de monitorias, 1 bolsa é do curso de Pedagogia (Educação do Campo), instituído pela Resolução n.º 13/2009.

Em análise ao supracitado, podemos observar que, através dos documentos disponíveis na PRG/CEM, que o curso de Pedagogia (Educação do Campo), instituído pela Resolução n.º 13/2009, iniciou a prática do PM.

Após, localizamos o relatório final do Projeto intitulado: O Ensino de História da Educação entre as continuidades e as rupturas do tempo histórico, do Departamento de Fundamentação da Educação do ano de 2010, cujas autoras são: Maria Elizete Guimarães Carvalho (Coordenadora), Susy Cristina de O. Rodrigues (monitora bolsista), Lidianey Nayara Nascimento dos Santos (monitora bolsista) e Simone Silva Teixeira Lima (monitora voluntária), na qual destacaram que a participação no programa de monitoria:

[...] a atuação dos monitores graduandos em suas participações tanto em sala de aula, como extraclasse e também nos eventos acadêmicos, ou seja, no ensino, na pesquisa e na extensão, foi de suma importância para a formação de futuros docentes (UFPB/CE, 2010).

Ficando evidente que a participação na monitoria atende aos objetivos da Universidade no que se refere às atividades exercidas dentro da sala de aula (ensino), na participação extraclasse (pesquisa) e a participação em eventos, para relatar as atividades acadêmicas (extensão). E:

[...] Os educandos monitores tornaram-se sujeitos capazes de desenvolver a criticidade para o melhoramento da interrelação existente entre a teoria e a prática docente, aprofundando seus conhecimentos e compreensão sobre a História da Educação, em uma experiência ímpar, que despertou para reflexões sobre a docência e a importância da história e da memória (UFPB/CE, 2010).

As monitoras consideram relevante a participação no PM tendo em vista que, possibilita a vivência da teoria e da prática favorecendo a criticidade, e traz reflexões sobre a prática docente.

Neste contexto, Freire (2007, p. 23) cita que “[...] ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar, é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”, comprovando que o ato de ensinar se dá a partir da socialização dos saberes, através de uma ação dialógica entre o docente e os discentes contribuindo para o processo formação inicial do docente em uma perspectiva crítica.

Após, localizamos o relatório final do Projeto intitulado: Introdução a Teoria do Imaginário (2010.2), da professora orientadora: Profa. Dra. Eunice Simões Lins Gomes e da monitora bolsista: Bárbara Hellen Nascimento dos Santos, na qual citam:

Percebemos que para os alunos do primeiro período do curso de Ciências das Religiões a monitoria é de grande relevância, favoreceu a orientação para a leitura dos textos sobre o imaginário, bem como, para a realização das atividades solicitadas pelo professor aos alunos (UFPB, 2010).

Podemos perceber que a monitoria auxilia os(as) discentes que estão iniciando o curso estimulando-os nas leituras dos textos, bem como, auxiliando nas atividades aplicadas no componente curricular.

Tabela 17: Contratos de monitorias – 2011 (2011.1 e 2011.2)

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	10926492 2011-2	Introd. as Estr. Antrop. Imaginário	Ciências das Religiões	04/04/2011	Josilene Silva da Cruz
02	11016410 2011-2	Estágio Supervisionado I	Ciências das Religiões	04/04/2011	Jocemar Bezerra de Albuquerque
03	10926309 2011-2	Estudos Etnográficos	Ciências das Religiões	04/04/2011	Elysama Glaucia de Oliveira Sobral
04	10916568 2011-2	Alimentos Sagr.: Ritos e Inter.	Ciências das Religiões	04/04/2011	Tatiane Ribeiro Lima
05	10913822 2011-2	Filosofia I	Fundamentação da Educação	04/04/2011	Angélica dos Santos Medeiros
06	10713434 2011-1	História da Educação I	Fundamentação da Educação	04/04/2011	Simone Silva Teixeira
07	10613362 2011-1	História da Educação I	Fundamentação da Educação	04/04/2011	Luciana Martins T. dos Santos
08	10613366 2011-1	História da Educação I	Fundamentação da Educação	04/04/2011	Maria das Graças Cruz
09	10713363 2011-1	História da Educação II	Fundamentação da Educação	04/04/2011	Lucicleide Candido dos Santos
10	10713393 2011-2	História da Educação II	Fundamentação da Educação	04/08/2011	Lucicleide Candido dos Santos
11	11116393 2011-2	História da Educação II	Fundamentação da Educação	04/08/2011	Lisane de Azevedo de Lima
12	11116389 2011-2 Voluntária	História da Educação I	Fundamentação da Educação	04/08/2011	Elizabeth Regina Silva Freire
13	1096237 2011-2	História da Educação II	Fundamentação da Educação	04/08/2011	Francisca Barreto da Silva
14	11017306 2011-2	História da Educação II	Fundamentação da Educação	04/08/2011	Priscila Mikaelle Costa

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

Foram localizados 14 (quatorze) contratos de monitorias, sendo 10 (dez) do DFE e 4 (quatro) do Departamento de Ciências das Religiões. Informamos que dentre os 14 (quatorze) contratos 1 (um) contrato é de monitoria voluntária em História da Educação I.

Após, localizamos o Relatório de monitoria referente ao ano de 2011 (2011.2), intitulado: Projeto de Monitoria para a disciplina: Desenvolvimento Infante - Juvenil e Aprendizagem, da coordenadora Dra. Patrícia Nunes da Fonseca e da monitora bolsista Samara Pereira Cabral, do curso de Psicopedagogia¹⁴ instituído em 29 de Abril de 2009, através da Resolução n.º 02. A/2009, no qual as autoras argumentam sobre a contribuição do PM para a aprendizagem dos (as) discentes:

[...] Dessa forma, pode-se dizer que as observações contribuíram construtivamente para os alunos desenvolverem o olhar psicopedagógico bem como, pode proporcionar à população envolvida conhecimentos relacionados a área do desenvolvimento. A atividade prática também permitiu aos alunos um significativo acréscimo em suas notas, melhorando sua situação acadêmica na disciplina em questão (UFPB/CE, 2011).

Destacamos que a monitoria possibilitou aos demais discentes a melhoria no desempenho acadêmico.

Segundo Nunes (2007), a monitoria acadêmica contribui para a melhoria da qualidade da educação despertando no alunado a reflexão e a criatividade, contribuindo para que o índice de aprovação aumente na disciplina.

De acordo com as autoras do relatório acima citado, foram evidenciadas algumas contribuições para as monitoras no que tange:

[...] O acompanhamento das aulas e vivência com a professora da disciplina, a monitora também pôde conhecer mais ativamente a respeito do trabalho docente e suas respectivas funções e atribuições, assim como a postura ética e profissional que tais funções deveriam compor (UFPB/CE, 2011).

Assim, Rios (1997, p.34) argumenta:

É preciso pensar que o educador ético e competente é um educador comprometido com a construção de uma sociedade justa, democrática, na qual saber e poder tenham equivalência enquanto elementos de interferência no real e na organização de relações de solidariedade, e não de dominação entre os homens. Uma visão clara, abrangente e profunda do papel que desempenha na sociedade permite ao educador uma atuação mais completa e coerente. A atitude crítica do docente sobre os meios e os fins de sua atuação o ajudará a caminhar mais seguramente na direção de seus objetivos.

Dessa maneira, a conduta ética do docente orientador proporciona bases para a aprendizagem do discente monitor conduzindo - o para uma ação de reflexão na formação inicial docente.

¹⁴ Observamos que, o curso de Psicopedagogia iniciou suas atividades do PM após 2 (dois) anos da sua instituição.

De acordo, Marilena Chauí (1996, p. 310) salienta que:

Uma das contribuições da monitoria diz respeito à formação teórico-prática e ética do monitor. O estudante/professor/ precisa entender logo cedo que sem ética pouco serve o conhecimento científico adquirido na academia. A ética é uma reflexão das práticas que vamos utilizar nas nossas ações. Por isso, não dá para pensar a ação docente sem pensar a ética como elemento fundante da formação.

Neste sentido, foi observado pelas monitoras durante a experiência na monitoria que o “grau de responsabilidade que está intrínseco no trabalho docente e como se estabeleceu a relação professor-aluno baseada no respeito, na confiança e na credibilidade” (UFPB/CE, 2011).

Freire (2000, p.146) reporta sobre a importância da afetividade:

Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista. Nem tampouco jamais compreendi a prática educativa como uma experiência a que faltasse rigor em que se gera a necessária disciplina intelectual.

Assim, quando a prática docente entrelaça as questões de afetividade é possível entender o contexto social, atentando-se nas aprendizagens e técnicas educativas necessárias.

De acordo com as autoras do relatório (UFPB/CE, 2011):

A monitoria ainda favoreceu para a bolsista a oportunidade de participação do Encontro de Iniciação a Docência (ENID), que aconteceu durante a semana do SECITEAC, efetuada por meio da exposição de sua vivência na monitoria (UFPB/CE, 2011).

A participação das monitoras no Encontro de Iniciação a Docência – ENID oportunizou a socialização da vivência enquanto monitoras e possibilitou a observação de outras práticas dos demais monitores no PM. Como resultado vigente do trabalho de monitoria dentro da disciplina

[...] pode-se constatar além da participação do ENID a apresentação de um trabalho no Congresso Nacional de Psicologia do Desenvolvimento, ocorrido em novembro deste ano em Brasília, ao qual, junto com colegas colaboradores, foi apresentado um trabalho intitulado “A percepção das mães acerca do desenvolvimento da criança e do adolescente (UFPB/CE, 2011).

Evidencia-se que a prática no PM, traz contribuições para o conhecimento das envolvidas, reforçando o objetivo do programa que é incentivar a docência superior.

E localizamos o projeto de monitoria na área de Filosofia da Educação (2011.1 e 2011.2), intitulado Construção de Objetos de Aprendizagem Digitais, de autoria do Professor Dr. Edson Carvalho Guedes, do Departamento de Fundamentação da Educação, em que cita:

Ao lidar com a formação de professores (as), a Universidade assume um papel fundamental nesse processo de produção do conhecimento por meio das TICs. O presente projeto pretende disponibilizar um conjunto de “objetos de aprendizagens” aos(às) alunos(as) que cursam Pedagogia e as demais licenciaturas, facilitando um processo de ensino-aprendizagem com o uso de computador (UFPB/CE, 2011).

Podemos observar que, a participação de monitores auxilia na aprendizagem de conteúdos digitais vinculados aos componentes curriculares, possibilitando aos (as) discentes a vivenciarem novas aprendizagens para exercer o futuro exercício:

As TICs como recursos instrucionais podem propiciar a dinamização do ensino e a produção de novos conhecimentos científicos e culturais e, como estamos inseridos em uma sociedade cada vez mais informatizada, as percepções e conhecimentos são conseqüentemente ampliados para além das condições sócio-culturais do ambiente onde territorialmente transcorrem nossas vidas (ROSA, 2009, p.26).

Neste sentido, podemos perceber que as tecnologias ampliam o conhecimento permitindo mediação no processo educacional.

Tabela 18: Contratos de monitorias - 2012 (2012.1)

N.º	Contrato	Disciplina	Departamento	Data	Discente
01	10913841	História da Ed. II	Fundamentação da Ed.	21/03/2012	Luciana Ipólito Alves
02	11116472	História da Ed. I	Fundamentação da Ed.	21/03/2012	Ana Daniely Leite Batista
03	10916752	História da Ed. II	Fundamentação da Ed.	21/03/2012	Ana Patrícia Ramos de Andrade
04	11023824	História da Ed. II	Fundamentação da Ed.	05/03/2012	Auristela Rodrigues dos Santos
05	1126415	Psicopedagogia e Aprendizagem	Psicopedagogia	06/12/2012	Jéssica Roberta de S. Cavalcante
06	11016631	Psicopedagogia e Aprendizagem	Psicopedagogia	06/12/2012	Priscila Silva de Cabral de Vasc.
07	11117113	Psicopatologia da Inf. e Adolescência I	Psicopedagogia	06/12/2012	Bruna Bastos Mulatinho
08	10926552	Av. Psicopedagogia II	Psicopedagogia	06/12/2012	Estephane Enadir Lucena Duarte
09	11016626	Constr. da Leitura e Escrita	Psicopedagogia	06/12/2012	Mariangela Estevam de Caldas
10	11117740	Psicopedagogia	Psicopedagogia	06/12/2012	Elizabeth de Souza Lima
11	11016650	Leitura Dist. de aprendizagem	Psicopedagogia	06/12/2012	Karina Ingredy Leite

Fonte: elaborado pela autora em 03/03/19.

De acordo com os contratos de monitorias referente ao semestre 2012.1, foram localizados 11 (onze) contratos, sendo 4 (quatro) bolsas para o DFE e 7 (sete) para o Departamento de Psicopedagogia.

Segundo Matoso (2014), a monitoria oportuniza para o discente monitor aprender práticas intrínsecas à docência, contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem dos discentes monitorados.

Em seguida, localizamos o relatório final de monitoria 2013 (2012.2 e 2013.1) da estudante monitora voluntária Yohanna Ribeiro Klafke, cuja orientadora é a docente Dra. Maria de Fátima Camarotti, do Departamento de Metodologia da Educação, cujo projeto intitulado: Trabalhando com Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada, na qual a monitora argumenta:

O trabalho de monitoria se torna importante, pois tem a intenção de fornecer para esses acadêmicos uma melhor compreensão sobre a disciplina, pois além das aulas ministradas pela professora o aluno poderá tirar todas as suas dúvidas com *(sic)*, tendo em vista auxiliar para melhorar a produtividade dele diante da disciplina onde se tornará muito importante para a qualidade do seu TCC (UFPB/CE, 2013).

No trecho supracitado a monitoria auxilia nas orientações e dúvidas dos discentes proporcionando um melhor aproveitamento da disciplina vinculada.

Tabela 19: Lista de monitores bolsistas do Departamento de Fundamentação da Educação- DFE - 2014 (2014.1)

N.º	Discente Monitor	Docente Orientador	Disciplina
01	Elisangela Leandro da Silva	Roberto Rondon	Filosofia da Educação I
02	Anita Mayara Carvalho	Rodrigo Rosal	Filosofia da Educação I
03	Elisangela Silva de Lima	Jorge Adriano Luberow	Filosofia da Educação I
04	Débora de Souza Costa	Edson Carvalho Guedes	Filosofia da Educação II
05	Maria Bronzeado Machado	Roberto Rondon	Filosofia da Educação II
06	Mikaylson Rocha da Silva	Uyguaciara Veloso	Fund. Soc. Hist. da Educação
07	Rúbia Dayane Fontes Monteiro	Uyguaciara Veloso	Fund. Soc. Hist. da Educação
08	Maria Aparecida Souza Cruz	Fabíola Barrocas	Fund. Soc. Hist. da Educação
09	Dagmar Nayara Barros da Silva	Fabíola Barrocas	Fund. Soc. Hist. da Educação
10	Antonio Pereira da Costa	Fabíola Barrocas	Fund. Soc. Hist. da Educação
11	Felipe Cavalcanti Ivo	Maria Elizete G. Carvalho	História da Educação I
12	Ingrid Natália Cabral	Vívia de Melo	História da Educação I
13	Deise de Jesus Dalto Santos	Vívia de Melo	História da Educação I
14	Flávia Tavares Gomes	Maria Elizete G. Carvalho	História da Educação II
15	Denis Raylson da Silva	Edilene dos Santos	Sociologia da Educação I
16	Jean Vicente Alves Nasc.	Edilene Santos	Sociologia I

Fonte: elaborado pela autora em 04/03/2019.

De acordo com a tabela supracitada, foi localizada no arquivo uma lista contendo as bolsas ofertadas para o DFE, do curso de Pedagogia, totalizando 16 (dezesesseis) bolsas nas disciplinas supracitadas.

Por oportuno, ressaltamos que o DFE oferta as disciplinas iniciais do curso e a participação de monitores colabora para a diminuição dos índices de evasão e repetência.

Segundo, os autores Oliveira e Ribeiro e colaboradores (2012, p.1):

A prática da monitoria tem o poder de estabelecer uma relação mais próxima do aluno de graduação com o conteúdo programático da disciplina, caracterizando suporte fundamental no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para aumento de aprovações e redução dos índices de evasão escolar, além de trazer ao conhecimento do docente as dificuldades de aprendizagem que os estudantes estão tendo.

De acordo com o projeto intitulado: Os Fundamentos da Educação e sua relevância para a formação nas licenciaturas, do Departamento de Fundamentação da Educação, referente aos semestres 2013-2 e 2014-1, cujo coordenador do projeto: Prof. Dr. Rodrigo Silva Rosal de Araújo, destaca-se sobre a monitoria:

Em relação aos alunos monitores, os impactos das ações propostas neste projeto são inúmeros: passam não só pelo exercício e aprendizado das atividades típicas da profissão de professor, mas necessariamente pela compreensão da importância de percepção do fenômeno educativo não como ato isolado, como mera ação descontextualizada de história e de sentido, pelo contrário. Objetiva-se que o aluno compreenda a relevância de se pensar a própria prática docente, balizada pelos conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais que constantemente indagam o próprio papel da educação na formação humana e na dinâmica histórico-social em que ela se insere. Em síntese, pensar e repensar a prática é muito mais do que um imperativo profissional (a atuação do futuro professor), mas uma necessidade política de situação e atuação no mundo (UFPB/DFE/CE, 2014).

Nosella (1992) argumenta que a concepção educativa para Gramsci habita em vivenciar a realidade e não por doutrinas frias e enciclopédicas, porque a ideia é educar para a liberdade concreta, histórica e não por um autoritarismo exterior que emana parcialmente a liberdade. Buscou-se neste projeto de monitoria o processo de ensinar e aprender para atuação de forma consciente na sociedade.

Segundo o projeto intitulado: Trabalhando com Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada, do Departamento de Metodologia da Educação do curso de Pedagogia, referente aos períodos semestrais de 2013-2 e 2014-1, cuja coordenadora do projeto: Profa. Dra. Maria de Fátima Camarotti, destaca-se:

[...] o trabalho de monitoria se torna importante, pois tem a intenção de fornecer para esses acadêmicos uma melhor compreensão sobre a disciplina, pois além das aulas ministradas pela professora o aluno poderá tirar todas as dúvidas com o monitor, tendo em vista auxiliar para melhorar a produtividade dele diante da disciplina onde se tornará muito importante para a sua vida acadêmica (UFPB/DME/CE, 2014).

Assim, Natário (2001), enfatiza que o monitor é um elo nas relações entre o professor e aluno, tornando-se um colaborar na aprendizagem. E que o monitor auxilia o docente nas dúvidas dos discentes estimulando-os para um melhor rendimento na vida acadêmica.

O relatório final do Projeto intitulado “Monitoria e Docência: relações para melhoria no processo ensino-aprendizagem”, do Curso de Psicopedagogia, referente às atividades desenvolvidas pela a monitora voluntária Jordana Vivian Cassiano da Silva e da Professora orientadora Profª. Drª. Carla Alexandra da Silva Moita Minervino, nos semestres 2014.2 e 2015.1, destacou a contribuição da monitoria para a aprendizagem dos discentes monitorados:

A monitoria contribui diretamente para a compreensão dos assuntos programáticos, além de dar a possibilidade de o professor fazer atividades mais dinâmicas sem que prejudique seu cronograma, pois o mesmo terá auxílio para isso. Estas atividades dinâmicas proporcionam um aprendizado mais fácil de todo o conteúdo, como também dão o feedback imediato do desempenho dos alunos individualmente (UFPB/PSICOPEDAGOGIA/CE, 2014).

A contribuição do(a) discente monitor(a) nas atividades desenvolvidas na sala de aula proporciona um rendimento dos conteúdos abordados na disciplina, possibilitando o docente orientador desenvolver mais atividades que favoreçam a aprendizagem.

De acordo com a Resolução nº 02, 1996 da UFPB, no artigo 12 trata sobre as atribuições dos monitores: “compete ao monitor auxiliar os(as) professores na realização de trabalhos práticos”. Sendo assim, o PM é uma ferramenta que auxilia no ensino e aprendizagem.

O relatório final de monitoria referente aos períodos letivos 2014.2 e 2015.1, intitulado: Desenvolvimento Infanto – Juvenil e Aprendizagem, do Departamento de Psicopedagogia, de autoria das alunas monitoras voluntárias: Rosicleia Moreira Palitot e Nicole de Carvalho Macedo e a docente orientadora Drª. Patrícia Nunes da Fonseca ressaltam que a monitoria trouxe:

[...] para as alunas-voluntárias a possibilidade de um aprender diferenciando e revelador levando-as ao intuito de uma futura docência, onde foi possível trocar ideias com o orientador, rever novos conceitos, aprimorar as ideias e fazer da experiência mais uma porta de responsabilidade e comprometimento. Ao cumprimento com a carga horária solicitada pelo projeto, foi possível abarcar na elaboração do material de aula e ensino e no preparo do conteúdo planejado da disciplina, podendo entender a acepção e o emprego destas etapas no processo de ensino-aprendizagem (UFPB/PSICOPEDAGOGIA/CE, 2015).

Sendo assim, o desenvolvimento das atividades de monitoria oportunizou para as monitoras a vivência da prática docente, oportunizando a avaliação e aprimoramento das atividades para o futuro exercício profissional.

O relatório final do Departamento de Habilitação Pedagógica, cuja disciplina Política Educacional da Educação Básica e Política Educacional, docente orientadora Dra. Maria do Amparo Caetano de Figueiredo, cujo projeto intitulado: Formação do Pedagogo: Pesquisa, Planejamento e Gestão da Prática Educativa (2014.2 e 2015.1), referente ao 3º período do curso de Pedagogia e do 2º período do curso de Pedagogia do Campo:

Esta vivência na monitoria promoveu em minha vida acadêmica uma apreciação da prática docente de forma significativa, pois através desta ação pude reforçar reflexões concernentes à política educacional no contexto do ensino brasileiro... Segundo Paulo Freire, é necessário assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador e realizador de sonhos, pois se assume como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. É fascinante como o contato com o conhecimento nos transforma e favorece a nossa identidade social e humana.

Dayziane, Monitora no período 2014.2, no turno da noite.

De acordo com o fragmento supracitado, o PM proporciona práticas que estimulam os discentes monitores na busca do conhecimento, despertando a criticidade para que os mesmos interajam com a realidade social presente, possibilitando a ampliação de saberes para o futuro exercício:

A promoção dos debates em sala, gerados tanto pela professora quanto pelos alunos, no qual, participei ativamente levantando reflexões e compartilhando informações, trouxe uma contribuição riquíssima em relação à forma como foi se delineando a construção do conhecimento, de acordo com as temáticas que foram sendo trabalhadas em sala. Os alunos contribuíram com suas apreciações, e trazendo suas experiências de vida para pauta de debates. **Estefane Glaff, Monitora no período 2015.1, turno da noite.**

Em consonância com este relato da monitora supracitada, é válido destacar a importância dialógica dentro da sala de aula, fazendo com que os demais discentes interajam sobre o assunto abordado em sala de aula. Além disso, o discente monitor tem um papel importante, que é contribuir para essa relação entre o docente e os demais discentes:

Este Projeto de monitoria me proporcionou a oportunidade de participar da experiência mais significativa para mim, no curso de Pedagogia, sendo a sua contribuição essencial para o meu aprendizado, na absorção de conhecimentos a partir da troca de saberes ensino-aprendizagem e na formação da construção do conhecimento... Neste sentido a vivência na sala de aula como monitora me serviu como estímulo e motivação para conseguir alcançar o meu objetivo de no futuro atuar e ser uma profissional docente. **Benedita, Monitora no período 2014.2, no turno da manhã.**

O PM possibilita aos(as) discentes monitores(as) o incentivo a iniciação docente ao passo que, oportuniza para os mesmos a vivência na realidade da sala de aula no Ensino Superior, incentivando os discentes monitores a galgarem outros níveis educacionais tais como, mestrado e doutorado etc.:

Exercer a monitoria foi uma experiência completamente rica para a minha vida acadêmica, pois ampliou o meu conhecimento no âmbito da política educacional, e o mais importante foi que esse conhecimento foi construído em conjunto, numa relação dialógica. Esta vivência, também foi gratificante pelo fato de me proporcionar um envolvimento afetivo, através da minha interação com a turma e com a professora, pois como dizia Paulo Freire o amor é fundamental para manter o diálogo, pois ao existir amor há uma quebra na relação de dominação, de manipulação um sob os outros, o amor é um ato de coragem, de luta pela liberdade, de ter compromisso, e de acreditar uns nos outros.

Alessandra, Monitora no período de 2015.1, no turno da manhã.

Podemos observar que o PM possibilita aos discentes a construção de propostas inovadoras para a sala de aula, possibilitando ao futuro docente vislumbre como o processo de construção do conhecimento se potencializa.

Em análise ao relatório da disciplina Organização e prática da Educação Infantil, do curso de Pedagogia elaborado por: Shirlen de Oliveira Barros (monitora bolsista) orientadora: Profa. Dra. Ana Luisa Nogueira, Fabiane Andrade da Silva (monitora voluntária), orientadora: Profa. Dra. Nadia Jane e Janicleia Assis de Lima (monitora voluntária) e a orientadora: Profa. Dra. Adelaide Alves Dias, cujo projeto intitulado: Formação do Pedagogo: Pesquisa, Planejamento e Gestão da Prática Educativa (2014.2 e 2015.1), extraímos a seguinte informação:

Entretanto, em função de duas das monitoras terem sido selecionadas como voluntárias, em pouco tempo elas desistiram da atividade de monitoria. Assim, a única monitora que permaneceu do início ao fim do projeto foi a bolsista Shirlen de Oliveira Barros, que atuou no turno vespertino, acompanhando a professora Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim (UFPB/DHP/CE, 2015 p.19).

Nota-se que durante a prática de monitoria na disciplina supracitada houve algumas desistências de monitores. De acordo com Silva, Belo (2012), uma das dificuldades encontradas nos programas de monitorias nas Universidades é que o programa por vezes é subutilizado ou depreciado pelos discentes, negando este suporte acadêmico.

Tabela 20: Lista de monitores bolsistas e voluntários do Departamento de Fundamentação da Educação- DFE 2016

N.º	Nome	Modalidade	Início	Término
01	11404025 - Natalia Gomes Nascimento	Bolsista	22/02/2016	29/11/2016
02	11216380 - Giovanna Raquel Lima Lins De Almeida	Bolsista	21/07/2016	29/11/2016
03	11404321 - Thares Dos Santos Oliveira	Bolsista	18/07/2016	28/11/2016
04	11404265 - Jocielle Sousa De Alfrêdo	Bolsista	18/07/2016	28/11/2016
05	11415391 - Camily Nery Ramos	Bolsista	21/07/2016	28/11/2016
06	11503143 - Thayná Lais Soares Pereira Costa	Bolsista	22/07/2016	29/11/2016
07	11508606 - Abigail Codeceira Costa	Bolsista	18/07/2016	28/11/2016
08	11408412 - Conceicao Aparecida Vieira	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
09	11119071 - Ricardo Targino Pereira	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
10	11217341 - Bruna Kedman Nascimento De Souza Leão	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
11	11404265 - Jocielle Sousa De Alfrêdo	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
12	11408414 - Diana Maria Alves De Araújo	Bolsista	22/02/2016	29/11/2016
13	11216384 - Felipe Cavalcanti Ivo	Bolsista	22/02/2016	29/11/2016
14	11404419 - Maraiane Pinto De Sousa	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
15	11317122 - Elizabeth Souto De Carvalho	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
16	11508606 - Abigail Codeceira Costa	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
17	11508638 - Adriana Rame Correia Martins Barbosa	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
18	11502636 - Rodrigo Vinicius Da Silva	Bolsista	22/02/2016	28/11/2016
19	11414349 - Erik Henrique Ferreira Machado	Bolsista	18/07/2016	29/11/2016
20	11508718 - Juliana Rachel Trigo Ferreira	Bolsista	18/07/2016	29/11/2016
21	11414231 - Daniel Alves Dos Santos	Bolsista	22/02/2016	29/11/2016
22	11415391 - Camily Nery Ramos	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
23	11408584 - Valússia Vênus Gomes Dantas	Bolsista	22/02/2016	22/06/2016
24	11408584 - Valússia Vênus Gomes Dantas	Bolsista	21/07/2016	29/11/2016
25	11409939 - Rosangela Targino Pereira	Bolsista	21/07/2016	28/11/2016
26	11508717 - Larissa Macedo Nogueira	Não	18/07/2016	29/11/2016

		Remunerado		
27	11502817 - Felipe Ferreira De Oliveira	Não Remunerado	18/07/2016	29/11/2016
28	11503871 - Bárbara Pereira Samson	Não Remunerado	25/07/2016	29/11/2016
29	11414293 - Maria Beatriz Da Silva Santos	Não Remunerado	22/02/2016	22/06/2016
30	11404373 - Marcia Isabella Lucena de Araújo Maia	Não Remunerado	22/02/2016	09/05/2016
31	11508638 - Adriana Rame Correia Martins Barbosa	Não Remunerado	18/07/2016	29/11/2016
32	11501267 - Negla Santos Queiroga	Não Remunerado	22/02/2016	29/11/2016
33	11404420 - Mariana De Souza Oliveira	Não Remunerado	18/07/2016	29/11/2016
34	11402402 - Walquiria dos Santos Lima	Não Remunerado	22/02/2016	29/11/2016
35	11216380 - Giovanna Raquel Lima Lins de Almeida	Não Remunerado	22/02/2016	12/07/2016
36	11223947 - Rafaela Moreira Cavalcanti Freitas Genes	Não Remunerado	22/02/2016	22/06/2016

Fonte: Relatório SIGAA 04/03/2019.

De acordo com o supracitado podemos observar que foram disponibilizadas 36 (trinta e seis) vagas de monitorias para o DFE do curso de Pedagogia, sendo 25 (vinte e cinco) para monitores bolsistas e 11 (onze) para monitores voluntários. Evidenciando um aumento significativo na oferta do PM no CE.

O relatório de monitoria da disciplina Psicologia V, referente ao período 2015.1, intitulado: A importância da Prática Pedagógica para os licenciandos, sob a orientação do professor Dr. Fernando Andrade cita que:

A monitoria possibilitou uma oportunidade de iniciação à docência, bem como uma aprendizagem significativa a respeito das atividades voltadas para o ensino. As atividades desempenhadas possibilitaram uma visão mais aproximada do cotidiano em classe, promovendo uma reflexão, sobretudo, da prática educativa.

A experiência da monitoria enriquece pela oportunidade de desempenhar em classe, com a supervisão do orientador, ações que contribuem para o processo de ensino e da aprendizagem. Durante o planejamento das aulas nas reuniões, compreendemos que a sequência pedagógica é crucial para desenvolver um trabalho significativo em sala.

Maria Helena Venâncio de Vasconcelos, monitora bolsista

Apesar de acontecer alguns contratemplos na experiência de monitoria – como precisar lidar com a ausência de interesse dos alunos em procurar auxílio – as funções atribuídas para o aluno monitor repercutiram positivamente na vida acadêmica dos alunos monitorados, pois todas as ações realizadas criaram condições para que o processo ensino-aprendizagem se desenvolvesse efetivamente no decorrer do semestre. O Programa de Monitoria da universidade é dinâmico, organizado e motivador, porque torna-se uma abertura para que o discente-monitor possa se aproximar de outras atividades curriculares, tais como a de pesquisa e de extensão desenvolvidas pelo professor da disciplina, o que fortalece o processo pedagógico e estimula, entre outros aspectos, a publicação de trabalhos.

Camilla Queiroz de Oliveira (Monitora) Maria das Graças de Almeida Baptista (Orientadora), disciplina Psicologia da Educação II

De acordo com a monitora bolsista, Maria Helena Venâncio de Vasconcelos o PM possibilita ao discente monitor compreender a necessidade do planejamento das aulas. Segundo os autores, planejamento é:

Um instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação (MENEGOLLA & SANT'ANNA, 2001, p.40).

Neste sentido, podemos observar que através do planejamento das aulas é possível organizar os conteúdos a serem ministrados nas aulas, bem como, possibilita para o docente a experiência de organizar, planejar e atingir os objetivos propostos do ensino e aprendizagem.

Segundo a monitora bolsista, Camila Queiroz de Oliveira, da disciplina de Psicologia da Educação II, existem alguns contratemplos na experiência de monitoria, tendo em vista a falta de interesse de alguns discentes na busca de orientação.

De acordo com Souza, Lima e colaboradores (2017) percebe-se que durante a experiência no PM são encontradas algumas dificuldades, dentre elas, destaca-se a dificuldade de participação dos alunos, em virtude da falta de conciliação de horário entre os pares, feriados, atrasos burocráticos e técnicos da instituição. Sendo assim, podemos perceber que algumas dificuldades encontradas no PM não são por culpa do discente monitor, nem do docente orientador e dos discentes monitorados, mas de algumas políticas da Universidade que devem ser ajustadas.

Tabela 21- Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE 2016-2 a 2017.1

N.º	PERÍODO	EDITAL	PROJETO	DEPART.	BOLSAS	VOLU NT.
01	2016.2 2017.1	PRG/CEM 03/2017	Ensino da Arte: Espaço de e para a experimentação	CE –DME	1	2
02	2016.2 2017.1	PRG/CEM 03/2017	Formação do Pedagogo: Pesquisa, Plan. e G. da Prática Educativa	CE – DHP	6	8
03	2016.2 2017.1	PRG/CEM 03/2017	Monitoria e docência: Relações para a melhoria no processo ensino-aprendizagem	CE – DPSICO	14	18
04	2016.2 2017.1	PRG/CEM 03/2017	Os Fund. da educação e sua relevância para a formação nas licenciaturas	CE – DFE	19	26
TOTAL:					40	54

Fonte: Site da Pró - Reitoria de Graduação da UFPB. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/>>.

Através de pesquisa no site da PRG/CEM foi localizado a distribuição do PM no período de 2016.2 à 2017.1, na qual localizamos 04 projetos aprovados do CE, totalizando 40 cotas de bolsas de monitorias e 54 cotas de voluntário. Nota-se que o DFE apresentou um número maior de cotas de bolsas (19) e de voluntários (26).

Tabela 22- Resultados das avaliações dos Projetos de Monitorias do CE 2017.2 a 2018.1.

N.º	PERÍODO	EDITAL	PROJETO	DEPART.	BOLSAS	VOLUNT.
01	2017.2 2018.1	PRG/CEM 36/2017	Formação do Pedagogo: Pesquisa, Planejamento e Gestão da Prática Educativa	CE- DHP	6	11
02	2017.2 2018.1	PRG/CEM 36/2017	Iniciação à Docência: Monitoria e Melhoria no Ensinar e aprender	CE- DPSICO	1	3
03	2017.2 2018.1	PRG/CEM 36/2017	Monitoria e docência: Aprendizagem, Identidade e Cultura	CE – DPSICO	1	1
04	2017.2 2018.1	PRG/CEM 36/2017	Monitoria e docência: Rel. para a monit. no Ens. Apren.	CE- DPSICO	10	19
05	2017.2 2018.1	PRG/CEM 36/2017	Os Fundamentos da educação e sua relevância para a formação nas licenciaturas	CE- DFE	14	26
TOTAL:					32	60

Fonte: site da Pró-reitoria de Graduação da UFPB. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/>>.

Conforme dados supracitados na tabela, na qual apresenta os projetos de monitoria do período de 2017.2 a 2018.1, localizamos 5 (cinco) projetos aprovados do CE, sendo 32 (trinta e duas) vagas para bolsistas e 60(sessenta) vagas para voluntários. Observamos que houve um aumento nas monitorias voluntárias, tanto no curso de Pedagogia como no de Psicopedagogia.

Por fim, podemos observar que os programas ofertados dentro do CE têm gradativamente aumentado, isto prova que a monitoria acadêmica tem proporcionado bons resultados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES E LIMITES DA MONITORIA

O PM no ensino superior tem como objetivo de proporcionar a melhoria do ensino e aprendizagem, trazendo benefícios para diversos atores: o(a) docente, o(a) discente monitor(a) e os(as) discentes monitorados(as).

No que tange beneficiar o(a) docente, é que com o auxílio do(a) discente monitor(a) as aulas se tornam mais proveitosas, tendo em vista que o mesmo ajuda a sanar as frequentes dúvidas dos discentes tornando as aulas mais dinâmicas, através de mediações do aprendizado, despertando nos demais discentes o interesse pela disciplina. E reduzindo o índice de evasão, reprovação e trancamentos de disciplina.

Ao discente monitor(a), contribui para que exercite a prática docente dentro da Universidade com supervisão do(a) docente orientador(a) permitindo ver a realidade da sala de aula, para que desponte reflexões para organizar e planejar a prática, a fim de desenvolver experiência, compromisso e ética profissional.

Aos demais discentes, o PM torna-se mais um canal dentro da Universidade para orientações, diálogo e sanar dúvidas do conteúdo ministrado em sala, dispondo de horários flexíveis para auxiliá-los extraclasse.

Esta pesquisa buscou discutir a implantação do Programa de Monitoria (PM) no CE/UFPB desde 1982 a 2018, contextualizando historicamente este programa e seus impactos na formação dos discentes.

Os passos metodológicos trilhados para a realização deste trabalho, de caráter quanti-qualitativo, se desenvolveram através da pesquisa documental no período 2019.1, na Coordenação de Estágios e Monitorias PRG/CEM da UFPB.

A solicitude da coordenadora e dos funcionários da PRG/CEM foram elementos facilitadores na construção deste trabalho.

O levantamento documental nos proporcionou a experiência de resgatar a historicidade do PM no CE, informamos que, devido à ausência de documentos sobre a temática no arquivo trouxe algumas lacunas na investigação.

Os primeiros indícios através das análises dos documentos sobre o PM no CE foram em 1982, cujos projetos foram elaborados pelos seguintes departamentos: Departamento de Fundamentação da Educação - DFE, Departamento de Habilitação Pedagógica - DHP e Departamento de Metodologia da Educação - DME, tendo em vista que, os departamentos

foram regulamentados através da Resolução nº 72 de 1979 CONSUNI/UFPB, atendendo aos estudantes do curso de Pedagogia.

E em 2010, foram localizados dois monitores (1 bolsista e 1 voluntário) do Departamento de Ciências das Religiões, para a disciplina de Língua Latina, despertando-nos a atenção que o curso de Ciências das Religiões foi instituído pela Resolução nº 37 em 20 de junho de 2008, e somente depois de 2 (dois) anos que iniciou o PM.

E observamos que também no ano de 2010, através dos documentos disponíveis na PRG/CEM, que o curso de Pedagogia (Educação do Campo), instituído pela Resolução n.º 13/2009, iniciou a prática do PM, dispondo de 1 (uma) vaga para monitoria bolsista.

E em 2011, foi localizado a participação de 1 (uma) monitora bolsista no projeto do Departamento de Psicopedagogia, e verificamos que o departamento iniciou suas atividades em 29 de abril de 2009, através da Resolução 02.A/2009 e depois de 2 (dois) anos que iniciou o PM.

É válido salientar que, talvez houvesse alguns projetos anteriores a estas datas explicitadas dos referidos projetos, contratos e outros documentos, porém pela ausência de documentação não conseguimos comprovação.

Percebemos durante a realização deste trabalho que o PM no CE tem proporcionado resultados satisfatórios através das falas dos (as) discentes monitores (as) resgatadas nos documentos e relatórios, e que vem gradativamente sendo mais atuante nos departamentos. E evidenciamos que, os limites do PM no CE se entrelaçam na melhoria de políticas públicas da Universidade para estimular uma participação maior dos discentes na monitoria voluntária, a fim de demonstrar que, a oportunidade de aprendizagem e maturidade crítica para o futuro exercício docente.

Após a apresentação dos caminhos trilhados para a realização deste trabalho, acreditamos que este estudo não se esgotou, podendo ser explorado futuramente com outras observações.

Essa pesquisa resultou apenas uma parte das contribuições que o PM pode proporcionar para a melhoria do ensino e aprendizagem no ensino superior, sobretudo, para o CE da UFPB. Por fim, podem ser explorados a partir de outro contexto, documentos e bibliografias.

Portanto, há de se considerar que o fortalecimento do PM dentro da UFPB, através da compreensão de que as atividades monitoriais se aproximam da democratização e transformação social. Ademais, trata-se de um programa que tem propiciado formação aos discentes que deles participam. É, portanto, nesta experiência formativa que os (as) discentes podem auxiliar na melhoria da qualidade da Educação Brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES–MAZZOTTI, A.J; GEAWANDSNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdos**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. (Orgs.). **A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827)**. História da Educação. Vol.1,1997. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30631>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **A educação elementar e o Método Lancaster no correio brasiliense (1816)**. História da Educação. Vol. 9, 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29207>>. Acesso em: 02 mar. de 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada – Decreto nº 85.862/81, de 31 de março de 1981**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85862-31-marco-1981-435495-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **Lei nº 5.540/1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Disponível em: <<https://monitoria.prograd.ufg.br/p/4910-legislacao-sobre-monitoria>>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Aviso nº 182 do Ministério dos Negócios do Império de 22 de agosto de 1825**. Manda promover nas Províncias a introdução e o estabelecimento de Escolas públicas de primeiras letras pelo Método Lancasteriano. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

_____. **Lei nº 1.828/1828**. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para sua eleição, e dos juizes de Paz. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1828. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1828.

_____. **Decisão n. 8 do Ministério dos Negócios do Império, de 10 de janeiro de 1828**. Pede uma relação de todos os colégios e casas de educação existentes nas províncias e dá providências relativas aos mesmos estabelecimentos. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

_____. **Decisão nº 275 do Ministério dos Negócios do Império, de 02 de setembro de 1831**. Dá providências a bem do ensino primário nas escolas públicas. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1831. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

_____. **Decreto de 1º de março de 1823**. Cria uma Escola de primeiras letras, pelo método do Ensino Mútuo para instrução das corporações militares. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

_____. **Decreto de 3 de julho de 1820.** Concede a João Batista de Queiroz uma pensão anual, para ir à Inglaterra aprender o sistema Lancasteriano. Coleção das Leis do Brasil de 1820. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

_____. **Decreto n. 18, de 5 de agosto de 1833** sancionando Ato do Poder Legislativo. Providencia sobre o provimento das cadeiras de primeiras letras pelo método Lancasteriano nas Províncias, onde este não se acha em prática. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1833 - Parte Segunda. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873.

_____. **Decreto n. 440 de 10 de dezembro de 1845.** Regula o modo dos concursos às Cadeiras Públicas de Primeiras Letras pertencentes ao Município da Corte. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845 – Tomo VIII Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846.

_____. **Decreto n. 69 do Ministério da Guerra de 29 de abril de 1823.** Manda tirar dos corpos de linha das províncias um ou dois indivíduos para frequentarem nesta Corte as escolas do ensino mútuo pelo método de Lancaster. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

_____. **Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970.** Dispões sobre programa de participação de estudantes em trabalhos de magistérios e em outras atividades dos estabelecimentos de ensino superior federal. Disponível em: <<https://monitoria.prograd.ufg.br/p/4910-legislacao-sobre-monitoria>>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Decreto nº 68.771, de 17 de junho de 1971.** Altera o Decreto nº 66.315 de 13 de março de 1970. Disponível em: <<https://monitoria.prograd.ufg.br/p/4910-legislacao-sobre-monitoria>>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Lei de 15 de outubro de 1827,** sancionando Ato do Poder Legislativo. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – Primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://monitoria.prograd.ufg.br/p/4910-legislacao-sobre-monitoria>>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. **Relatório do Ministro dos Negócios do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos.** Apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em maio de 1838. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1838.

_____. **Constituições (1824). Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.** 1824. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 02 mar. 2019.

BUJES, M. I. E. Descaminhos. In: **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** COSTA, M. V. (Org.) 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

- CARDOSO, T. F. L. **As aulas régias no Brasil**. In: STEPHONOU, Maria. 2004.
- CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial. Teatro de Sobras: A Política Imperial**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2009.
- CHAVES, F. M. **A monitoria no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará: Entre a especialidade técnica e a formação docente na década de 1970**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7953/1/2014-DIS-FMCHAVES.pdf>>. Acesso em: 04 abr 2019.
- COMÊNIO, J. A. **Didática Magna**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- COSTA, Á.C. **Evasão Escolar: as palavras dos alunos e as meias palavras dos dados oficiais**. Dissertação de mestrado. UFSCAR, 1995.
- DIAS, A. M. I. **A monitoria como elemento de iniciação à docência: ideias para uma reflexão**. In: SANTOS, M. M. dos; LINS, N. de M. L. (Org.). *A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias*. Natal, RN: EDUFRN: Editora da UFRN, 2007. (Coleção Pedagógica; n. 9)
- FARIAS, I. M. S. ; SALES, J. de O. C. B. ; BRAGA, M. M. S. de C.; FRANÇA, M. do S. L. **Didática e Docência: aprendendo a profissão**. Fortaleza: Liber Livro, 2008.
- FERREIRA, D. N. A. **Poder e Relações Políticas na Educação: O Método Lancaster no Ensino Público do Espírito Santo (1827-1871)**. 2015. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: < http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/3556/1/tese_8073_Tese%20Dirce%20Nazar%C3%A9%20de%20Adrade%20Ferreira20150721-151914.pdf>. Acesso em: 04 abr 2019.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FRANCO, M.L.P.B. **O que é análise de conteúdo**. Cadernos de Psicologia da Educação. São Paulo: PUCSP. 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. **P. Medo e ousadia**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. 35. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura).
- FREITAS, L. C. **Seis Teses sobre a educação e a contemporaneidade**. Porto Alegre: ENDIPE, 1991 Mimeo.

FRISON, L. M. B.; MORAES, M. A. C. de. As práticas de monitoria como possibilitadoras dos processos de autorregulação das aprendizagens discentes. **Poesias Pedagógica**. Goiás, v.8, n. 2, p.127, ago./dez. 2010.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5.ed. Campinas: Átomo e Alínea, 2011.p.69

GUEDES, M. L. **Monitoria: uma questão curricular e pedagógica**. Série Acadêmica, Campinas: Puccamp, v. 9, p. 3-30, 1998.

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

INDOLFO, A. C. **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LINS, L. F. et al. **A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor**. In: Jornada de ensino, pesquisa e extensão da UFRPE, 9, 2009. Anais... Recife, Jepex: UFRPE, 2009, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0147-1.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANACORDA, M.. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (2002). **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6.ed. São Paulo: Atlas.

MATOSO, L. M. L. **A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor: um relato de experiência**. Rev Científica da Escola de Saúde Ano 3, nº 2, abr/set 2014.

MELLO, S.A. **A escola de Vygotsky**, In: Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo, Avercamp, 2004.

MENEGOLLA, M.; SANT'ANNA, I. M.. **Por que planejar? Como planejar?** 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M.; SOUZA, C. de. et al. (Orgs.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O que é o REUNI?**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

_____. **O que é o PROUNI?**. Disponível em: <<https://www.prouni.com.br/o-que-e-prouni>>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

MONROE, P. **História da Educação**. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1974.

MORAES, M.; TORRES, P. L. **A monitoria on line no apoio ao aluno a distância: o modelo do LED**. Revista Colabora, Santos, v. 2, n. 5, p. 3-15, ago. 2003. Disponível em: <http://www.ricesu.com.br/colabora/n5/artigos/n_5/pdf/id_01.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

NATARIO, E. G. **Programa de monitores para atuação no ensino superior: proposta de intervenção**. 2001. Tese (Doutorado) – Curso de Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/253564/1/Natario_EliseteGomes_D.pdf>. Acesso em: 04 abr 2019.

NUNES, J. B. C. Monitoria Acadêmica: espaço de formação. In: SANTOS, M. M.; LINS, N. M. **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidade e trajetórias**. Natal: Edufm, 2007. p. 45-57.

_____. J. B. C. **Monitoria acadêmica: espaço de formação**. In: SANTOS, M. M. dos; LINS, N. de M. (Org.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias**. Natal: EDUFRN, 2007. p. 45-58.

NÓVOA, A. Prefácio. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil. Séculos XVI-XVIII**. Petrópolis: Vozes, 2004.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1998.

OLIVEIRA, B. de S.; RIBEIRO, R. X.; CANDIDO, M. L. de A. C.; BORGES, P. de F. **Monitoria Acadêmica: avaliação do trabalho do monitor pelos alunos da disciplina Prática Desportiva**. UFPB- CCA 2012.

PEREIRA, F. C. **Arquivos, memória e justiça: Gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul. 2011**. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>>. Acesso em: 12 set. 2018.

PEREIRA, J. D. **Monitoria: uma estratégia de aprendizagem e iniciação à docência**. In: SANTOS, M. M.; LINS, N. M. **A monitoria como espaço de iniciação a docência: possibilidade e trajetórias**. Natal: Edufrn, 2007. p. 69-80.

ROSA, R. Dissertação (Mestrado), Educação, Universidade de Uberaba, Uberaba, 2009. Disponível em: < <https://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000181088.pdf> > acesso em 09/03/2019.

RIOS, T. A. **Ética e Competência**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, D. F.; BOSCAINO, E. G.; PAVÃO, A. C. **Avaliação da contribuição da monitoria para o desempenho do aluno de engenharia: um estudo de caso na Escola de Engenharia Mauá**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 34. 2006, Passo Fundo. Anais... Passo Fundo: Ed. UPF, 2006. Disponível em: <http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2006/artigos/1_277_749.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

_____. **Ética e competência**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997. (Coleção questões de nossa época).

RIZZINI, I.; Castro, M. R.; Sartor, C. D. (1999). **Pesquisando. Guia de Metodologias de Pesquisa para Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1999.

SCHNEIDER, M. S. P. S. **Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula**. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, v. Mensal, p. 65, 2006.

SILVA, R. N. DA; BELO, M. L. M. DE. **Experiências e reflexões de monitoria: contribuição ao ensino-aprendizagem**. Scientia Plena, v. 8, n. 7, 2012.

SILVEIRA, E.; SALES, F. **A importância do Programa de Monitoria no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)**. INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 7, n. 1, p. 131-149, 2016.

SILVA, R. N., BELO, M. L. M. **Experiências e reflexões de monitoria: contribuição ao ensino-aprendizagem**. Scientia Plena. Arapiraca/AL, 2012.

SOUTO, M. **Cartilha de Monitoria Acadêmica** 2016 Disponível em: <<http://www.databufpb.com.br>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SOARES, M. A. A.; SANTOS, K. F. **A monitoria como subsídio ao processo de ensino-aprendizagem: O caso da disciplina Administração Financeira no CCHSA-UFPB**. 2008. p. 2. Disponível em: < http://www.prac.ufpb.br/anais/xenex_xienid/xi_enid/monitoriapet/ANAIS/Area4/4CCHSADCSAMT04.pdf >. Acesso em: 13 fev. 2019.

SOARES, W. de J. B.. **Pesquisa Documental sobre História da Matemática Escolar: Um caminho a ser percorrido**. Histemat, ano 4, n.º1, 2018 p.232.

SOUSA, J. G de; LIMA, I. C.; PINTO, H. O. **Dificuldades encontradas na realização do processo de monitoria: Um relato de experiência**. Conexão Fametro 2017: Arte e Conhecimento XIII Semana Acadêmica.

SOUZA, P. R. A. DE; GONÇALVES, F. J. M. **A importância da monitoria na formação de futuros professores universitários.** Âmbito Jurídico, Rio Grande, XII, n. 61, 2009.

STEINBACH, Greicy. **A monitoria no Ensino Superior um estudo de caso na UFSC.** **Dissertação de Mestrado em Educação UFSC.** Florianópolis, 2015. Acesso em 18 de maio de 2019.

TEIXEIRA, C. B. **Ressignificação da identidade do professor na formação docente.** **Revista Eletrônica de Ciências da Educação.** Paraná, v. 3, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERA DA PARAÍBA. **Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão.** Resolução nº. 02, de 22 de fevereiro de 1996. **Regulamenta o Programa de Monitoria para os cursos de graduação da UFPB.** Paraíba. 1996.

_____. **Contratos de Monitorias de 1982 até 1992.** Disponível no acervo da PRG/CEM. Reitoria. UFPB. Acesso em: 2019.1

_____. **Projeto de Monitoria.** Construção de Objetos de Aprendizagem Digitais 2011.1 e 2011.2. Disponível no acervo da PRG/CEM UFPB. Acesso em 08 mar. 2019.

_____. **Projeto de Monitoria.** Os Fundamentos da Educação e sua relevância para a formação nas licenciaturas. Ano: 2014. Disponível no acervo da PRG/CEM UFPB. Acesso em 08 mar. 2019.

_____. **Regimento Geral.** Capítulo VIII - Da Monitoria. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/copy_of_regimentos/regimento-geral>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **Relatório Final.** A importância da Prática Pedagógica para os licenciandos. Ano: 2015. Disponível no SIGAA/UFPB. Acesso em 08 mar. 2019.

_____. **Relatório Final.** Desenvolvimento Infante – Juvenil e Aprendizagem. Ano: 2015. Disponível no SIGAA/UFPB. Acesso em 08 mar. 2019.

_____. **Relatório Final.** Formação do Pedagogo: Pesquisa, Planejamento e Gestão da Prática Educativa. Ano: 2015. Disponível no SIGAA/UFPB. Acesso em 08 mar. 2019.

_____. **Relatório Final.** Introdução a Teoria do Imaginário. Ano: 2010. Disponível no acervo da PRG/CEM. Acesso em 08 mar. 2019.

_____. **Relatório Final.** O Ensino de História da Educação entre as continuidades e as rupturas do tempo histórico. Ano: 2010. Disponível no acervo da PRG/CEM UFPB. Acesso em 08 mar. 2019.

_____. **Relatório Final.** Monitoria e Docência: Relações para a melhoria no processo ensino- aprendizagem. Ano 2015. Disponível no acervo da PRG/CEM UFPB. Acesso em 08 mar. 2019.

_____. **Relatório Final.** Trabalhando com Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada. Ano: 2013. Disponível no acervo da PRG/CEM UFPB. Acesso em: 02 de mar. 2019.

_____. **Relatório Final.** Trabalhando com Metodologia Científica e Pesquisa Aplicada. Ano: 2014. Disponível no acervo da PRG/CEM UFPB. Acesso em: 02 de mar. 2019.

_____. **Resolução nº 257/79.** Aprova o regimento da reitoria. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/contents/paginas/institucional/copy_of_regimentos/regimento-geral>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **Edital PRG/CEM nº 36/2017.** Seleção de Projetos de Monitoria. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/cem/editais/edital-de-monitoria-2017-2-e-2018.1>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **Edital PRG/CEM nº 32/2018.** Seleção de Projetos de Monitoria. Disponível em: <http://www.prg.ufpb.br/prg/cem/editais/edital-no-32-enid-2018_retificado-em-18-09-2018.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **Edital PRG/CEM nº 42/2018.** Seleção de Projetos de Monitoria. Disponível em: <<http://www.prg.ufpb.br/prg/cem/editais/teste/edital-prg-n-042-2018-selecao-de-projetos-de-monitoria.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **PDI – 2009-2012.** Plano de Desenvolvimento Institucional em: <<http://www.ufpb.br/cpa/contents/arquivos/pdi-ufpb-2009-2012.pdf/view>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

_____. **PDI – 2014-2018.** Plano de Desenvolvimento Institucional em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/documentos/pdi/pdi_ufpb_2014-2018.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.